

Intensificar a mobilização em defesa da paz



Manifestação pela paz na Coreia do Sul: mobilização mundial

Conferência do PCdoB debaterá mudanças do governo Lula

O Partido Comunista do Brasil deverá realizar uma Conferência Nacional para discutir a substancial mudança ocorrida no quadro político brasileiro com a instalação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Reunida nos dias 23 e 24 de fevereiro, em São Paulo, a Comissão Política decidiu levar à 5ª reunião do Comitê Central, marcada para os dias 22 e 23 de março, a proposta da convocação da 9ª Conferência Nacional do PCdoB.

“A vitória de Lula e das forças de esquerda e progressistas nas eleições de 2002 sinalizou uma elevação do nível de consciência política do povo e dos trabalhadores, colocando novos desafios e tarefas para os comunistas”, afirmou na reunião o presidente do PCdoB, Renato Rabelo. Ele destacou que a dimensão da vitória “vai além dos marcos do plano nacional. Impôs um revés político ao imperialismo hegemônico e à oligarquia financeira, possibilitando a abertura de uma via alternativa à política neoliberal dominante”.

O dirigente comunista considera que, mesmo num quadro adverso, de defensiva das forças revolucionárias, o novo governo pode atuar “no sentido do desenvolvimento, de recomposição do Estado nacional e de mudanças efetivas nos fundamentos econômicos vigentes”. Uma nova estratégia, “tendo o desenvolvimento e geração de emprego como centro”, pode ser adotada por Lula.

É nesta perspectiva que o PCdoB analisa as reformas que estão sendo propostas à sociedade: “Essas reformas, da Previdên-

cia, Trabalhista, Tributária e Política, foram apresentadas pelo governo anterior. Nosso objetivo é discutir-las num sentido democrático, desenvolvimentista, de distribuição de renda. É todo um projeto de Brasil que está sendo colocado em disputa. Temos que participar desse debate de forma contundente. O Partido deve ser fortalecido e ter uma estrutura apropriada para esse novo cenário. A Conferência debaterá um conjunto de questões visando estar à altura dos desafios presentes”.

Um calendário nacional da Conferência está sendo elaborado para envolver os militantes nos debates sobre a nova realidade política do país e a nova orientação, a construção partidária, a relação com as massas e as organizações populares, a luta pela paz, etc. “O novo governo convive com a velha ordem e a velha orientação econômica. A nova ordem e a nova orientação ainda estão em definição. A orientação atual vai se esgotando, com seu cunho ortodoxo neoliberal. Há uma grita em todo o país por uma nova orientação, desenvolvimentista, nacional e popular. A recessão não é a saída — o Brasil precisa crescer, e não encolher. O centro de nossa tática é o êxito do governo na construção desta nova orientação. O governo Lula deve ser um instrumento transformador. Estamos empenhados em trilhar um novo caminho para o nosso país, e aglutinar forças para essa saída desenvolvimentista”, afirmou Renato.

A Conferência Nacional envolve um amplo processo que ocor-

rerá em todo o país, com sessões distritais, municipais e estaduais e uma plenária nacional. A proposta que será levada ao Comitê Central propõe o início dos debates em 1º de abril e a sessão plenária de encerramento de 26 a 29 de junho. Será publicada a “Tribuna de Debates” com artigos dos militantes sobre o temário e serão eleitos quase 300 delegados para a plenária final.

Ao longo de seus mais de 80 anos de existência, o Partido Comunista do Brasil realizou dez congressos — o primeiro, encerrado em 25 de março de 1922, foi o da fundação do Partido, e ocorreu na clandestinidade, pois o país estava sob Estado de Sítio. O mais recente aconteceu em dezembro de 2001.

Entre um congresso e outro, foram realizadas várias conferências nacionais, algumas de importância histórica, como a 2ª, realizada na Serra da Mantiqueira; a Conferência Extraordinária de 1962, que retomou o nome “Partido Comunista do Brasil”, a 7ª Conferência, realizada na Europa, em duras condições de clandestinidade, nos estertores da ditadura militar.

É muito grave a situação mundial. O imperialismo norte-americano, alheio ao protesto dos povos e à oposição de um grande número de países, alardeia que fará valer sua sentença de guerra contra o Iraque. Além de um volumoso e sofisticado aparato bélico, mais de 300 mil soldados norte-americanos e ingleses já se encontram nas fronteiras do Iraque. A qualquer momento, portanto, pode se iniciar essa guerra de saque e pilhagem, esse novo capítulo da “guerra infinita” que o governo Bush jurou contra os povos. Essa ação guerreira, uma vez concretizada, custará grandes sacrifícios às nações e enormes prejuízos aos povos.

Contraditoriamente, ao lado desse quadro sinistro de guerra, o mundo adentra num momento novo da resistência contra essa ofensiva do imperialismo. As gigantescas manifestações pela paz ocorridas no histórico 15 de fevereiro, o acirramento das contradições interimperialistas, a tomada de posição de um grande número de países contra a guerra, sinalizam o surgimento de uma contestação inédita ao hegemonismo norte-americano desde o início dos anos 90, quando houve a dissolução da União Soviética.

Nesse quadro, a continuidade e o fortalecimento da jornada contra a guerra imperialista e a luta pela paz adquire uma dimensão especial entre as tarefas do Partido Comunista do Brasil. No presente contexto, a luta pela paz, de larga adesão e apoio na sociedade, é ampla e, ao mesmo tempo, radical, pois se choca diretamente contra a investida do imperialismo. São múltiplas e diversificadas as ações possíveis de serem realizadas.

O Partido, utilizando o con-

junto de suas relações políticas, deve contribuir com a criação ou reforço de fóruns unitários em defesa da paz. Esses fóruns podem abarcar partidos políticos, o conjunto do movimento social, igrejas, casas legislativas, governos estaduais e prefeituras. Essa amplitude possibilitará a realização de grandes e representativas ações.

Mas, além das ações unitárias, o Partido com a bandeira da paz nas mãos deve, por iniciativas variadas, ir ao encontro do povo, mobilizando os mais variados segmentos sociais contra a guerra. Organismos partidários, grupos de militantes, podem ocupar praças e avenidas em atividades, mesmo que pequenas, de agitação, de denúncia. Do mesmo modo podem ser organizados debates e conferências em universidades, escolas, bairros; sessões especiais nas casas legislativas, bem como pronunciamentos e aprovação de moções etc.

Com o objetivo de colocar essa questão no centro da atividade partidária, orientamos que rapidamente sejam realizadas plenárias de militantes. Nesses eventos, além de debater o tema da guerra, pode-se, com clareza, sistematizar ações possíveis e concretas conforme a realidade de cada lugar.

Ao defender a paz, com entusiasmo e combatividade, além de cumprir suas responsabilidades, o Partido reforçará sua credibilidade e ganhará com certeza o reforço de novos(as) militantes que irão ver no Partido Comunista uma força ativa na defesa da paz e no combate ao imperialismo.

São Paulo, 7 de março de 2003.
Secretariado Nacional do Partido
Comunista do Brasil - PCdoB

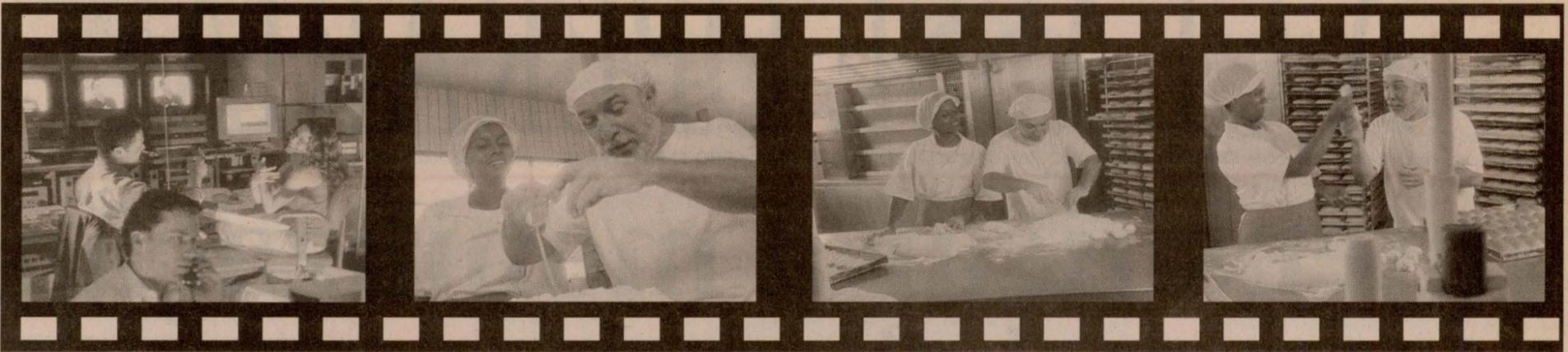
Campanha de filiação

Está no rádio e na TV uma campanha do Partido Comunista do Brasil. No dia 27 de março será formada uma cadeia nacional de dez minutos de duração, quando o Partido apresentará suas idéias sobre a situação política.

Também através de outdoors, cartazes em ônibus, panfletagens, balões promocionais e outros instrumentos o PCdoB convida as pessoas comprometidas com o processo de mudanças a ingressar no Partido. **Página 2**

SEJA COMPANHEIRO DA MUDANÇA

PCdoB



Na redação de um noticiário de TV, numa panificadora...

Campanha do PCdoB na mídia

PEDRO DE OLIVEIRA

“Seja companheiro da mudança! Entre no PCdoB, o Partido do Socialismo!” Com esse mote, está no ar desde 10 de março, no rádio e na televisão, uma campanha nacional institucional do Partido Comunista do Brasil. Em seu início, as inserções de 30 segundos na mídia apenas apareceram em São Paulo. No dia 27 de março será formada uma cadeia nacional de dez

minutos de duração, quando o PCdoB apresentará suas idéias sobre a atual situação política do país e do mundo.

A seguir, as inserções entrarão em rede nacional e em vários estados, compondo uma campanha que vai procurar abordar um conjunto de temas como o significado da vitória eleitoral de Lula, a participação desde 1989 do PCdoB nesta empreitada, a trágica herança recebida de FHC, a necessidade da retomada do desenvol-

vimento econômico, o aumento da produção e dos empregos, a presença do PCdoB no governo Lula, a defesa da soberania nacional e a luta contra a Alca, o combate à fome e à pobreza e a defesa da paz, contra a guerra imperialista.

No rádio, na TV e nas ruas

Além do rádio e da TV, a campanha também estará em outdoors, cartazes em ônibus, panfletagens, balões promocionais e outros ins-

trumentos de divulgação, fazendo com que o PCdoB apareça com sua fisionomia própria, das mais diversas formas, convidando os brasileiros e brasileiras comprometidos com o processo de mudanças iniciado com a posse do novo governo a ingressarem no Partido.

Palestras e debates sobre as questões candentes que estão em pauta deverão ser organizados para que se estabeleça uma interlocução com amplas camadas progressistas em todos os

estados. O objetivo principal com estas atividades é incentivar as mudanças em curso em nosso país, mobilizar a opinião pública e filiar novos militantes.

As inserções estaduais exibirão telefones de contato em cada uma das capitais, e o endereço para que as pessoas possam escrever suas mensagens para o portal Vermelho (www.vermelho.org.br). Participe desta campanha, enviando sugestões e críticas.



...na conversa dos repentistas e na obra da construção civil o PCdoB apresenta suas idéias sobre o governo Lula e a guerra contra o Iraque

Maior sedimentação e visibilidade do PCdoB

A situação política atual e os desafios e tarefas de comunicação dos comunistas; o balanço crítico da comunicação desenvolvida em 2002 (primeira fase do IV Plano de Estruturação Partidária), com destaque para a propaganda eleitoral; aspectos teóricos da comunicação e publicidade; e o plano da comunicação para 2003 (segunda fase do IV PEP) – envolvendo, dentre outros itens, a estruturação das comissões estaduais, a campanha institucional e o plano de mídia, o portal Vermelho, o jornal *A Classe Operária* e a revista *Princípios* – foram discutidos no encontro nacional de comunicação do Partido Comunista do Brasil (Ativo de comunicação), nos dias 15 e 16 de fevereiro, na sede nacional do Partido. Representantes de 16 estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Amazonas), entre membros das comissões nacional e estaduais de comunicação, participaram do encontro.

O tema da nova situação política e os desafios do Partido foi exposto por Adalberto Monteiro, membro do Secretariado Nacional do PCdoB e secretário de Formação e Propaganda. Pedro de Oliveira, secretário de Comunicação,

apresentou os desafios da comunicação do PCdoB neste novo contexto, a partir de uma abordagem mais integrada e nacional dos problemas demandados. As exposições foram seguidas de debate, com intervenções dos participantes, e enriquecidas por José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais do Partido, que divulgou livro recém-lançado, e Liège Rocha, que explanou sobre a revista *Presença da Mulher*.

Os presentes tiveram a oportunidade de assistir a uma palestra sobre Publicidade e Marketing Político, proferida pelo publicitário Stalimir Vieira. Além de abordar os fundamentos da propaganda e da publicidade moderna com exemplos concretos de seu trabalho profissional, o publicitário fez considerações acerca de inúmeras peças propagandísticas desenvolvidas pelo PCdoB em vários estados durante a última campanha eleitoral.

No segundo dia, Guido Bianchi apresentou o plano institucional de comunicação e presença unificada do PCdoB na mídia; Bernardo Joffily abordou passos para o aperfeiçoamento do portal Vermelho; Carlos Pompe discorreu sobre o plano de transformar o jornal *A Classe Operária* em quinzenário e Divo Guisoni informou a situação da Editora Anita Garibaldi e da revista *Princípios*.

Dentre as conclusões do Ativo, destacam-se:

- a reafirmação de que a comunicação deve estar a serviço da unidade de ação do Partido e da divulgação, a mais ampla possível, de nossa política (nossa linha política);
- a importância de perseguir melhor domínio político e teórico pelo coletivo partidário e, em especial, das condicionantes objetivas e subjetivas que conformam o trabalho de comunicação e propaganda – seu conteúdo e formas;
- a condicionante de que, ainda neste primeiro semestre, o Partido estará dedicado à realização da 9ª Conferência Nacional, que aprofundará o entendimento do processo político em curso e terá repercussões sobre o conteúdo de nossa comunicação;
- a análise das diversas variantes da comunicação interna e externa – como os problemas de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros – e a necessidade de nosso trabalho “romper as amarras” para elevar nossa propaganda a um novo patamar, de acordo com a nova fase em que vivemos; e
- a necessidade de combater e superar o amadorismo, viabilizando a profissionalização das comissões da frente partidária – mostrando ao coletivo partidário que comunicação não é apenas um item de despesa, mas ao contrário, é investimento.

Prioridades para 2003

A comunicação nacional de 2003 dará prioridade ao projeto de valorização do órgão central do Partido – o jornal *A Classe Operária*. Definiram-se os eixos básicos de seu papel, fortalecimento da equipe editorial, novo projeto editorial e gráfico, além de se discutir aspectos da periodicidade (quinzenal), impressão, circulação e custos.

Sobre o portal Vermelho, após ser constatado o avanço gerado por sua implementação, que demonstra estar resolvida em parte a consolidação do veículo, há o

desafio de envolver mais o Partido no envio de artigos e notícias e ampliar sua visitação.

Também a diminuição da periodicidade da revista *Princípios* foi discutida, além da necessidade de se melhorar a qualidade e ampliar a circulação com retorno financeiro por parte dos Comitês Estaduais, envidando esforços para a captação de anúncios.

O trabalho de disseminação da logomarca do Partido, conforme o “Manual de identidade visual do PCdoB”, deverá acompanhar as ações definidas no Ativo 2003, visando o fortalecimento do PCdoB como o partido do proletariado.

Empresa jornalística



A CLASSE OPERÁRIA

PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES UNEM-SE

Fundada em 1925

Diretor: João Amazonas (1912-2002)

Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP)

Edição: Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL),

Edvar Bonotto, Henry Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy.

Administração: Francyrose de Andrade Matarazzo

Alameda Sarutaia, 185, Jardim Paulista, São Paulo, SP

CEP 01403-010 - Tel.: (11) 3054 1800

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
www.vermelho.org.br

NACIONAL

Fome Zero atíça os mesquinhos

ALDO REBELO*

O Programa Fome Zero está debaixo de vara, torpedeado por críticas minuciosas, tão vilipendiado que mais parece um judas no Sábado de Aleluia. Os críticos bombardeiam desde a ação emergencial, que é apenas o ponto de partida, a pormenores de logística impossíveis de serem avaliados em dois meses de governo, tempo de transplantação da idéia do papel para a mesa dos nove milhões de famílias famintas que têm nas 500 de Guaribas, no Piauí, seu símbolo e marco zero.

É paradoxal, mas compreensível, que programa tão generoso seja debatido com gorda mesquinha e larga incompreensão. Paradoxal, porque a iniciativa não deveria surpreender ninguém, pois inscreve-se no ideário do governo que começa — e começa dizendo a que veio, chamando a si a responsabilidade de fechar a chaga nacional da fome num país de dimen-

sões continentais, com abundância de terras férteis e um potencial de produção agropecuária capaz de alimentar o planeta. Compreensível, porque o Fome Zero descose o figurino oligárquico de sempre encurtar o cobertor dos miseráveis. Sem precedentes, solavanca no contrafluxo da via de mão única da caridade estatal que tradicionalmente transfere renda dos mais pobres aos mais ricos. É boa nova tão inédita quanto a isonomia republicana.

O Brasil é jejuno nessas iniciativas. O Brasil sabe fazer dívidas no estrangeiro. O Brasil é exímio em desigualdade social e concentração de renda. Nenhum país como o Brasil é capaz de montar, num piscar de olhos, um fabuloso programa de salvação da banca financeira. Nisso o Brasil é mestre, mas ignora a fórmula instantânea de planejar e aplicar um programa de erradicação da fome e de segurança alimentar para uma multidão dispersa maior que a Argenti-

na, estimada em 44 milhões de pessoas. O maior programa semelhante em curso no mundo é o "Food Stamp" dos Estados Unidos, país em que a obesidade é problema maior que a subnutrição. Beneficia 17 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, que tem como um dos critérios a renda inferior a 1.533 dólares mensais numa família de três pessoas. Se lá são miseráveis, em Guaribas seriam marajás.

O Fome Zero vai dar trabalho e cometer os erros inerentes às inovações sociais. Fórmulas aplicadas num lugar não funcionarão em outros. Bem-sucedidas iniciativas locais, de pequeno alcance, poderão desandar se estendidas a uma escala de massa. Se a exigência de gastos exclusivamente com alimentos pôde ser fiscalizada em projetos regionais, não quer dizer que será fácil em nível nacional. Não será prudente manter por muito tempo a linha emergencial ao lado das ações estruturais, que, é bom sublinhar, in-



Aldo Rebelo

cluem fortalecimento da agricultura familiar, erradicação do analfabetismo, programas de geração de emprego e a sempre estigmatizada reforma agrária.

Visto assim, o Fome Zero não é uma panacéia estelar, mas um cometa que traz na cauda uma série de pequenas revoluções. A mensagem que deixa em seu rastro de luz é que a solução do pro-

blema deve partir do Estado. Os beneficiários do Fome Zero não vão ao mercado, nos dois sentidos da palavra. Como tem dito o ministro José Graziano da Silva, cuja dedicação e lisura avalizam a crença no sucesso do programa, "não podemos esperar que a renda cresça ou seja melhor distribuída para que os pobres possam se alimentar melhor".

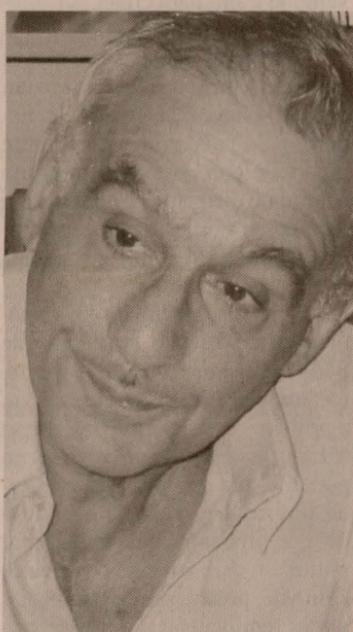
Depois que a globalização e o neoliberalismo pisotearam o Brasil como o cavalo de Átila, aquele que por onde passava matava a grama, convém lembrar o presidente americano Franklin Roosevelt. Nos anos 1930, ele tirou os Estados Unidos dos escombros da crise de 29, inclusive com a criação do "Food Stamp" e a palavra de ordem "Este país está exigindo ação, e ação já." É o que esperam os famintos de Guaribas.

*líder do governo na Câmara Federal, PCdoB/SP

Intelectuais reforçam o PCdoB

João Quartim de Moraes e Flavio de Castro, professores da Unicamp, visitaram a sede do Partido Comunista do Brasil dia 11 de março. Recém-filiados ao Partido, participaram de uma conversa com Augusto Buonicore e José Carlos Ruy, do Comitê Central, e Edvar Bonotto, da revista *Princípios*, sobre a situação internacional, e de um almoço com Walter Sorrentino (secretário de Organização) e Adalberto Monteiro (secretário de Formação e Propaganda), em que se conversou sobre a ação do Partido no meio intelectual.

João Quartim de Moraes formou-se em Direito e em Filosofia pela USP, onde, em 1965, tornou-se professor de História da Filosofia. No mesmo ano foi para a França com uma bolsa de estudo do governo francês. Militante comunista, ao voltar ao Brasil ingressou na luta armada contra a ditadura de 1964, tendo sido um dos principais dirigentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Perseguido pela ditadura militar, foi obrigado a se exilar na França em 1969, onde permaneceu até 1981. Na França, militou junto ao Partido Comunista Francês. No exílio recebeu convite de Perry Anderson para escrever um livro sobre a luta revolucionária no Brasil. O livro foi publicado em Londres com o título *Dictatorship and armed struggle in Brazil*. Publicou na revista francesa *Les Temps Modernes* o artigo "La nature de classe de l'Etat brésilien" — segundo ele, "uma tentativa de compreensão sintética das origens, condições e significado histórico da ditadura militar". Quartim doutorou-se pela Fondation Nationale de Science Politique de Paris, com uma tese sobre os militares e os regimes políticos no Brasil. De volta ao Brasil, reaproximou-se do Partido Comunista Brasileiro e, depois, colaborou com a revista *Presença*. A partir de 1982 dedicou-se à criação da área de pós-graduação em filosofia política na Unicamp. Foi diretor do Núcleo de Estudos Estratégicos, diretor do Instituto de Filo-



Quartim de Moraes

sófia e Ciências Humanas e do Centro de Estudos Marxistas da Unicamp. Quartim de Moraes é autor, entre outros, dos livros *A esquerda militar no Brasil*, em dois volumes, e *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. É também um dos organizadores da coleção *História do Marxismo no Brasil* e membro do comitê editorial da revista *Crítica Marxista*.

Flávio de Castro teve participação no Movimento de Luta ao Crime Ecológico, militou no PRC, foi assessor do MST e membro do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público de Campinas. É mestre em ciência política pela Unicamp e doutorando em ciências sociais na mesma universidade, secretário geral do Cemarx (Centro de Estudos Marxistas da Unicamp) e membro do conselho editorial da revista *Crítica Marxista*.

Falando sobre o ingresso nas fileiras do PCdoB, os novos filiados não deixaram dúvidas sobre sua convicção: "É como se, hoje, eu me encontrasse comigo mesmo", afirmou Flavio de Castro, para quem "a relação entre o intelectual e o partido, em especial o Partido Comunista, é um processo natural". Para João Quartim de Moraes, "o PCdoB é a base con-

creta para a reunificação de todos os comunistas brasileiros". É consenso, entre eles, a necessidade de um reforço no trabalho intelectual entre os comunistas, para que o Partido possa atrair muitos dos que militam na batalha de idéias.

Sobre a análise e luta no plano internacional, em que o perigo da guerra imperialista se coloca no cenário com um possível ataque dos EUA ao Iraque, Flávio ressaltou as "dificuldades dos norte-americanos perante a ONU e os interesses próprios da França e da Rússia, que destoam dos estadunidenses e ingleses". "Mas quem pagaria a conta no caso de um revés nos planos dos EUA?", indagou Quartim de Moraes. Ao refletir sobre a questão do que teria mudado desde a primeira Guerra no Golfo, em 1990/1991, Quartim disse que "na primeira houve uma unanimidade dos países e setores ocidentais, dos EUA ao Vaticano, unidade que também houve no ataque e destruição da Sérvia. No atual momento há diferenças, que se refletem numa espécie de cisão na própria Otan e que envolvem interesses econômico-financeiros da Alemanha e da França — do bloco do euro, que quer se fortalecer". Ele lembrou também de algumas iniciativas tomadas pelo governo iraquiano que sinalizaram um deslocamento dos investimentos em dólar para o euro, o que, em caso de se alastrar a outros países, ameaçaria o poderio econômico norte-americano.

Quartim de Moraes expôs ainda aspectos do intrincado plano do governo Bush para o Iraque. "Em caso de uma vitória fulminante dos EUA, com a destruição de forças produtivas, utilização de tecnologias novas e controle de um governo fantoche sobre as reservas petrolíferas da região do Golfo, criar-se-iam condições para um novo ciclo de acumulação capitalista com centro nos Estados Unidos. Mas neste momento da história mundial, caso Bush tenha de recuar, isso representará uma boa nova para a luta antiimperialista".

Juros altos barram o desenvolvimento

RENATO RABELO*

O Brasil clama pela retomada do desenvolvimento, pela inauguração de um novo ciclo de crescimento econômico. Desenvolvimento que gere empregos, distribua renda e afirme a soberania, dentro de um projeto nacional que amplie a democracia e contemple os interesses populares. Em torno desse projeto concretizou-se a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva. A retomada do desenvolvimento é o anseio da nação brasileira. É o caminho para superar a perversa herança deixada pela orientação neoliberal, com sua profunda marca de estagnação econômica e desemprego.

Gerar desenvolvimento e emprego é questão da maior magnitude política, pois influencia diretamente a consolidação mudancista do governo das forças democráticas e progressistas. Um novo ciclo de crescimento requer a superação gradual, no atual quadro de forças, dos fatores que obstaculizam o desenvolvimento nacional. Demanda mais investimento nos setores produtivos e melhores condições de crédito.

Na contramão desta expectativa, nos seus primeiros 40 dias o governo já elevou por duas vezes as taxas de juros. Isso quando o Brasil ostenta uma das maiores taxas de juros do mundo e também a maior taxa de intermediação financeira (spread de 30%) praticada pelos bancos. Grande parte do orçamento da União está comprometida com o pagamento dos juros. E há uma tendência internacional quase unânime para baixar as taxas de juros como tentativa de enfrentar a recessão.

A elevação das taxas de juros produz o contrário do desenvolvimento desejado. De imediato, aumenta a dívida pública, perpetua a estagnação econômica e eleva o já altíssimo desemprego. Tira do Estado a capacidade de ajudar na retomada do crescimento econômico. Acaba

por produzir mais inflação, combatendo-a apenas topicamente.

A atual equipe econômica nos parece que comete um equívoco na avaliação das causas reais da inflação, que estão ligadas ao câmbio, às tarifas de energia elétrica e telefonia (preços administrados) e ao preço do transporte. Essas causas não estão relacionadas com as pressões de consumo, pois os indicadores da indústria e do comércio mostram que a procura por produtos e serviços está, há muito, comprimida pelo desemprego e pela queda do valor dos salários. Além do mais, é importante salientar um outro dado fundamental no caso brasileiro: os títulos públicos funcionam como moeda indexada. A última alta dos juros encarecerá a dívida pública em R\$ 3,9 bilhões. Impossibilitado de saldar a dívida, o governo adia a maior parte do seu pagamento, avolumando seu total e realimentando a inflação.

Os juros altos beneficiam enormemente o capital financeiro, em detrimento do capital produtivo e comercial, dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade que compõem a ampla maioria da nação — cujas entidades representativas manifestam, umas após outras, sua contrariedade com as decisões do Banco Central de elevação da taxa básica — em dezembro, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, ela foi de 22% para 25% ao ano e, desde então, passou para os 26,5% atuais, o maior patamar desde maio de 1999.

A continuidade de tal orientação poderá gerar uma nova crise, como tem acontecido repetidamente, tornando mais difícil a construção de uma alternativa de desenvolvimento — o caminho da mudança necessário para garantir o êxito do governo Lula, no qual estamos todos empenhados.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Presidente do PCdoB

NACIONAL

PCdoB discute política de esporte

SUELI SCUTTI*

O seminário "O Ministério do Esporte no Governo Lula", realizado pela direção nacional do PCdoB dia 22 de fevereiro, em São Paulo, discutiu as linhas gerais de atuação do Ministério e encaminhar medidas para uma ação coordenada do Partido na área. Foi aberto pelo presidente do Partido, Renato Rabelo, com observações sobre a participação do Partido no governo Lula. Segundo ele, "o esporte é uma área que nos permite vinculação com todo o povo". O setor esportivo é tão importante que todo jornal tem caderno de esporte e os cronistas esportivos são conhecidos em todo o país. Renato ressaltou o entusiasmo do ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, pelo tema e sua luta para tornar o Ministério valorizado dentro do próprio governo, ainda mais depois do contingenciamento de verbas, que reduziu em mais de 80% o orçamento do Ministério. Ao se referir ao caminho que conduziu à indicação de Agnelo para o Ministério, Renato citou a ação do próprio Agnelo em defesa do esporte quando era deputado, a atuação de Aldo Rebelo na CPI da CBF/Nike e o trabalho de Nádia Campeão na Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo.

Agnelo Queiroz apresentou algumas idéias para seu programa no Ministério e registrou que o esporte sempre foi considerado secundário em governos anteriores. "É a primeira vez que temos um Ministério exclusivo". Ele quer aproveitar sua passagem pelo governo para deixar "a marca indelével do PCdoB no setor". O ministro reforçou a intenção de privilegiar projetos de inclusão social e fazer disso

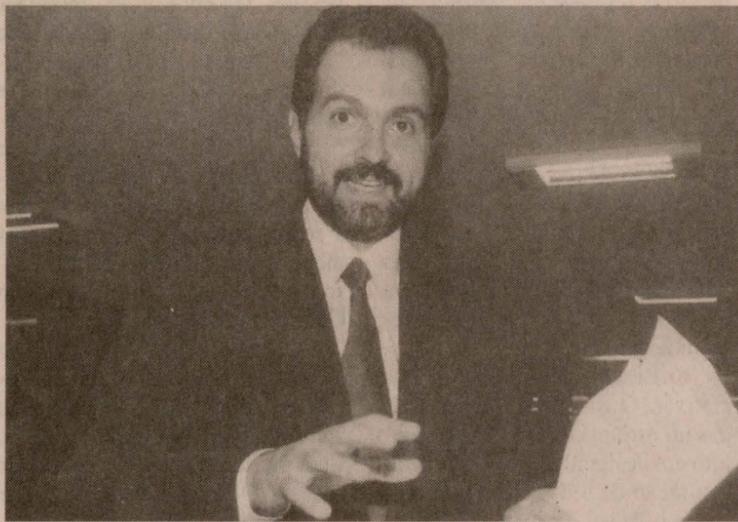
uma política para milhões. Para tanto, é necessário uma grande mobilização nacional que propicie a criação de uma rede de atendimento esportivo, contando com o engajamento de estados e municípios, parceiros como o Sistema S (Sesc, Senac, Sesi), clubes sociais, organizações não-governamentais, entidades comunitárias e estudantis.

Ainda no quesito inclusão social, "que deverá ser a marca da gestão", ele disse que seu programa poderá contar com o trabalho de milhares de instrutores esportivos no país, o que significa que o esporte é gerador de empregos. Sobre o custo dos projetos, o ministro informou que para atender 1 milhão de crianças por ano são necessários 150 milhões de reais, dinheiro que no momento o Ministério não tem. Outra linha de ação do ministro é incentivar o esporte na escola, com o incremento da educação física e a valorização dos profissionais que nela atuam. Aí ele espera contar com as entidades estudantis, juvenis e de educadores.

Estatuto do Torcedor foi primeiro passo

Agnelo também vai apoiar o esporte de rendimento, inclusive porque o bom desempenho dos atletas em competições ajuda o desenvolvimento e a imagem do país. Ele lembra que a China, sede das Olimpíadas de 2008, está investindo 30 bilhões de dólares na realização do evento. "É a visão de quem quer investir em seu país, em seus produtos, em seus esportistas".

O ministro reitera seu desejo de trazer para o Brasil grandes eventos esportivos internacionais, como os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. "Isso acarreta de-



O ministro do Esporte, Agnelo Queiroz

envolvimento ao país". Ele também vai dar tratamento adequado ao futebol, com a implantação de uma legislação "rígida, exequível e viável", que começou com a aprovação do "Estatuto do Torcedor" na Câmara dos Deputados. Agnelo quer formar Conselhos de Esporte em todo o país para ajudar na formulação e na condução da política esportiva e de lazer.

Walter Sorrentino, secretário de Organização do PCdoB, afirmou que "nossa atuação no esporte pode propiciar identidade profunda com o povo e abrir as fileiras do Partido para novos milhares de militantes". Ele apresentou alguns pilares sobre os quais deve se guiar a ação do Partido para tornar-se força estruturante na área. Um deles é a habilidade da orientação política do PCdoB no Ministério e na luta pelo êxito do governo Lula, "pelo seu lado mudancista". Para ele, é uma luta dentro e fora do governo.

Outro pilar é o desenvolvimento de uma corrente de pensamento político do esporte, que elabore uma política esportiva para perdurar ao menos 20 anos, algo permanente, um legado ao esporte

e ao país. Para Sorrentino, não é só da política de esporte que deve se ocupar o Partido mas também da definição de uma base social prioritária de sustentação, que pode se constituir, por exemplo, do mundo do esporte e da juventude, entre outros segmentos sociais. Ele alertou que não é tradição no país haver programas voltados para a juventude e sim para crianças e adolescentes que estão na escola.

Walter também sugere que se organize a presença do Partido em funções-chave nas pastas de Esporte pelo país, com a criação de uma rede composta de um grupo central de dirigentes e apoiada em técnicos e profissionais capacitados. "Nossa liderança é marcada por idéias", afirmou.

Jairo José, secretário de Organização do Partido no Estado de São Paulo, lembrou que o esporte, na América Latina, sempre serviu a políticas assistencialistas, como forma de a direita manter-se no poder, o que provocou na esquerda um certo preconceito e tirou dela a preocupação de elaborar políticas para o setor. Ricardo Gomyde, presidente da Paraná Esportes (equivalente a uma Secretaria

ria de Estado), argumentou que o Ministério deve liderar a moralização do futebol, cuja gestão é desmoralizada entre o meio esportivo, investidores privados e gestores públicos.

Javier Alfaya, deputado estadual na Bahia, reivindicou atuação geograficamente diversificada do Ministério. Sugeriu que os parlamentares do Partido em todo o país se integrem às Comissões de Educação, Cultura e Desporto das Câmaras Municipais e das Assembleias Legislativas para contribuir com a ação nacional do PCdoB na área e para que haja garantia de que o Legislativo discuta e aprove medidas com caráter de integração educacional-esportivo-cultural, na linha do que se está propondo a fazer o ministro Agnelo.

Fábio Tokarski, deputado estadual em Goiás, sugeriu à direção do Partido que analise formas de a militância participar das discussões e dos encaminhamentos da área em municípios nos quais o PCdoB não tem participação em governos, já que "o nosso desafio é fazer o esporte ser política de governo em todo o país".

Jussara Cony, deputada estadual gaúcha, apresentou documento com sugestões de atuação baseadas no binômio esporte-saúde e sugeriu que seja criada a Olimpíada Comunitária Feminina. Alcino Reis, assessor do Ministério, lembrou: "Nosso desafio é cuidar de um Ministério com grandes projetos e poucos recursos". A secretária municipal de Esportes de São Paulo, Nádia Campeão, sugeriu a realização de uma Conferência Nacional de Esporte para elaboração de diretrizes e metas de longo prazo.

*assessora de Imprensa da Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo

Vermelho chega vitorioso ao seu primeiro aniversário

O Portal Vermelho completa seu primeiro ano de existência, dia 25 de março, e já se firma como um instrumento eletrônico com potencialidades múltiplas, destinado a contribuir para a educação teórica e ideológica dos comunistas e dos internautas que se habituaram a acompanhar o Diário Vermelho, as colunas, os cadernos regionais etc.

Nestes doze meses, o Vermelho adquiriu uma imagem muito positiva, em especial entre os quadros e áreas da militância do Partido, no universo jornalístico, político-social e no movimento comunista internacional.

A média de visitação, que começou com pouco mais de 11 mil internautas no primeiro mês, hoje chega a um volume de 86.000, tendo tido como pico de visitação o período do segundo turno das eleições de 2002, quando o Vermelho chegou a registrar 122 mil visitantes no mês de outubro.

O sucesso do Portal Vermelho também se traduz em sua participação no iBest, o maior prêmio da internet brasileira. O prêmio iBest 2003 - que irá escolher os melhores sites brasileiros em 41 categorias -, está em andamento, mas já apontou o Vermelho como um dos cinco melhores sites de política do Brasil.

O Vermelho passou pelo teste deste primeiro ano, aumentando a

visibilidade e agilidade do PCdoB, além de subsidiar o discurso da opinião pública que está atingindo. Ao convidar quadros e dirigentes a escrever, o portal pressiona o coletivo à elaboração política, teórica e à sistematização do aprendizado oriundo do cotidiano da luta de classes, o que exige leitura e reflexão.

Ainda que haja muito a implementar, as correções vêm sendo feitas aos poucos. Para este próximo período, por exemplo, estão planejadas mudanças no layout e na estrutura das páginas (o que deve ir ao ar no dia 25 de março), objetivando corrigir algumas falhas e tornar o acesso ao portal mais rápido e eficiente.

Hoje, é possível confrontar a concepção inicial do projeto com a experiência concreta. Seguindo o exemplo de Marx e Engels, que em 1848 incitavam o proletariado a usar as ferrovias em sua união, e de Lenin, que em 1918 discursava no recém nascido rádio, é através do Vermelho que o PCdoB vem tirando proveito da ainda nova e surpreendente realidade que a internet representa.

Pode-se dizer que o Portal Vermelho passou no batismo de fogo, superando as muitas limitações e percalços que se apresentaram na trajetória desse importante meio de comunicação dos comunistas.

Projetos sociais resgatam parte dos cortes no Ministério do Esporte

MICHEL CASTELLAR*

Agnelo Queiroz consegue amenizar redução do orçamento da pasta, que terá R\$ 150 milhões.

Depois de ver seu orçamento de 2003 cair de R\$ 369,6 milhões para R\$ 43,1 milhões, um corte de 88,3%, o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, reagiu e já assegurou para a pasta um aumento de recursos que poderá totalizar R\$ 150 milhões. Em reunião no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ele garantiu a execução de projetos sociais, voltados principalmente à criança e à juventude, o que amenizará o corte de provimentos. Outra novidade é o estabelecimento de parcerias com as principais empresas estatais do País.

De acordo com o ministro, vários programas sociais, em sintonia com as metas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deixariam de ser realizados caso o corte orçamentário projetado fosse mantido. Esses argumentos sensibilizaram a equipe do MPOG a optar por amenizar os limites de despesa da pasta.

"Ficaremos com um mínimo de R\$ 100 milhões e um máximo de R\$ 150 milhões. A cifra real ainda não dá para calcular, mas deve ficar entre esses valores", disse o ministro. "Tivemos conversas na área do Planejamento e mostramos o que significa essa contingência. Alguns aspectos fundamentais, como nossas crianças, foram levados em consideração e vistos como prioridades políticas." Outra ação já iniciada pelo Ministério do Esporte foram as conversas com os presidentes da Petrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Banco do Brasil e Correios. A intenção de Queiroz é a de estabelecer parcerias em projetos que visam ao desenvolvimento e à promoção social.

"Já tive contato com a Petrobrás. O mais importante foi que as pessoas que assumiram as empresas governamentais têm uma visão social", afirmou Queiroz. "No momento, essas empresas estão sendo reestruturadas para acolher projetos sociais, seguindo uma orientação do nosso

presidente. Preciso aguardar porque os recursos serão liberados progressivamente."

O corte no Ministério do Esporte foi provocado pela determinação da equipe econômica do governo, que impôs uma redução de 80,6% nos novos investimentos previstos no Orçamento da União de 2003, anunciada em fevereiro. O objetivo da medida foi o de conseguir uma economia de R\$ 14 bilhões para atingir a meta de superávit nas contas públicas de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Agnelo Queiroz se mostrou satisfeito com os "avanços" que vem conseguindo na pasta. Lembrou que sua prioridade nos primeiros seis meses de governo é a de conseguir votar os projetos pendentes no Congresso Nacional. De acordo com ele, após a aprovação do Estatuto do Torcedor, o próximo passo é a Medida Provisória nº 79, de moralização do futebol.

*reprodução de O Estado de S. Paulo, 9 de março de 2003

NACIONAL

CPI na Câmara para combater tráfico de animais e plantas



Vanessa Grazziotin

O relatório final da CPI que investigou o tráfico de animais e plantas silvestres no país chegou a uma conclusão: uma nova comissão precisa ser instalada na atual legislatura. Apesar dos avanços nas investigações, em apenas dois meses e meio de atividades, os deputados acreditam que muito pouco pôde ser feito num mercado ilegal que movimentava cerca de US\$ 1 bilhão por ano no Brasil.

Árdua defensora da instalação de nova CPI, a deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que "o tempo foi curtíssimo" para que fossem levantados mais dados, feitas outras audiências públicas e mais diligências. "A CPI só foi instalada em 13 de novembro do ano passado e, por

força do fim da legislatura, teve que encerrar seus trabalhos no final de janeiro passado", explicou.

Mesmo assim, a deputada ressalta os pontos positivos. A CPI, por exemplo, comprovou a existência de rotas de tráficos de animais para colecionadores, biopiratas e lojas de animas, os conhecidos pet shops. Foram solicitados ao Ministério Público e à Receita Federal que investiguem um total de 80 pessoas e empresas.

Os deputados apontaram para o problema da extração ilegal de mogno na Amazônia, principalmente na Terra do Meio, sul do Pará, na rodovia Cuiabá-Santarém e na região sul do Amazonas. Ao Ministério das Relações Exteriores são solicitadas investigações nas

seguintes madeireiras: DLK Nor-disk, Lumber, J. Gibson MacIlvain e Intercontinental Hardwoods.

Na exploração ilegal de pau-brasil no sul da Bahia, a CPI chegou a citar o nome de Alfred Mark Raubitschek, que teria comprado madeira de forma irregular através de sua empresa com sede nos Estados Unidos. Nesse caso, há evidências do envolvimento de servidores do Ibama na emissão irregular de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPF).

Com relação as denúncias de corrupção envolvendo servidores do Ibama, a CPI pediu investigação e punição severa em casos que aparecem em Eunápolis (BA), Altamira (PA), Itaituba (PA) e Santarém (PA). A CPI também consta-

tu evidência de caso de biopirataria envolvendo o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Marcus Gerardus Maria van Roosmalem. Há fortes indícios de que ele teria enviado material genético à Columbia University (EUA), onde seu filho estudava a seqüência de DNA mitocondrial de macacos-barrigu-dos. Pesam ainda contra ele denúncias de coleta irregular de material da fauna, da flora e manutenção de criadouro conservacionista sem licença do Ibama.

O relatório, de mais de 100 páginas, foi entregue ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. Os deputados esperam que o Ministério Público Federal aprofunde as investigações.

Política de Saúde não é neutra: diagnóstico do caso paulistano

JÚLIA ROLAND*

A recente mudança na Secretaria Municipal da Saúde da capital paulista, com a substituição de Eduardo Jorge por Gonçalo Vechina, estimula o debate sobre a situação do SUS no município de São Paulo.

Há dois anos foi reiniciada a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade, com a crença de que havia união entre os três níveis de governo – união, estado e município – em torno dos interesses da saúde. A principal diretriz adotada foi a implementação do Programa de Saúde da Família (PSF). O processo de municipalização vem ocorrendo, mas armadilhas são colocadas a todo momento pela Secretaria Estadual. Vale lembrar que a responsável pelo PSF da secretaria estadual chegou a declarar, no ano passado, que este programa não seria repassado em ano eleitoral.

Desde o início da atual gestão, polemizamos no Conselho Municipal de Saúde e na Conferência com a absolutização do PSF como "a" estratégia de implantação do SUS numa cidade com as características de São Paulo.

Na carta de demissão, o secretário Eduardo Jorge reafirma ser esta a única estratégia capaz de resolver os problemas das filas e da humanização no sistema de saúde.

A cidade de São Paulo dispõe de unidades básicas de saúde distribuídas em todas as regiões, geralmente desfalcadas de profissionais e necessitando de reformas e reaparelhamento. De um ponto de vista avançado, essa é a principal porta de entrada do SUS, e para cumprir essa função deve ser mais valorizada. O PSF soma-se e articula-se com essa rede, onde houver necessidade. A municipalização plena, que signifi-

fica o gerenciamento dos atuais hospitais do estado pelo município, é fundamental para se organizar o sistema de forma hierarquizada. Os pacientes teriam o primeiro atendimento na rede básica (ou pelo PSF) e, se necessário, seriam encaminhados para ambulatórios especializados ou para os hospitais, racionalizando o atendimento nos serviços mais complexos. A otimização dos serviços de urgência e emergência é vital para a cidade, que tem como uma das principais causas de mortalidade aquelas motivadas por acidentes e homicídios.

Hoje os hospitais municipais paulistanos somam 2.408 leitos, enquanto os estaduais representam 9.265 leitos! Recentemente o secretário estadual de Saúde, Luiz Roberto Barradas, declarou que resistirá à municipalização dos 29 hospitais estaduais, num claro desrespeito aos preceitos constitucionais e numa decisão eminentemente política, pois a situação dos hospitais estaduais é tão precária quanto a dos municipais. Fica claro que o governo Alckmin procura exercer seu poder no município de São Paulo, com a finalidade de ter mais influência nas eleições de 2004.

A carência de alguns profissionais, principalmente nas unidades mais distantes, e a falta de acolhimento adequado à população merecem tratamento correto com políticas justas para o trabalhador da saúde. A diferença na forma de contratação dos trabalhadores do PSF e da rede precisa ser superada (no PSF não há concurso público). É ainda menos justificável a grande diferença salarial. O investimento na qualificação profissional precisa ser maior e a discussão sobre as necessárias mudanças curriculares, nas várias profissões do setor saúde, deve ser agilizada na esfera federal.

As chamadas parcerias com

entidades privadas (Hospital Santa Catarina, Fundação Zerbini, Hospital Albert Einstein e outras) que gerenciam parte do Sistema devem ser reavaliadas. O Conselho Municipal de Saúde não tem nenhum controle sobre elas.

A política de saúde sistematizada no capítulo constitucional que institucionalizou o SUS não é neutra. A sua plena implementação encontrou obstáculos nesses anos de hegemonia das políticas neoliberais, que retardam mudanças mais significativas nos indicadores de saúde da população. Por isso, causou espanto a escolha de Gonçalo Vechina para continuar o processo de construção do SUS em São Paulo. Não há dúvida de que é um técnico experiente da área, mas é identificado com a política de saúde dos tucanos, orientada pelas diretrizes do Banco Mundial.

Achamos necessária a reorientação do governo municipal que objetiva dar mais atenção para a recuperação dos centros de saúde e dos hospitais, fundamentais para uma cidade com a complexidade e o gigantismo de São Paulo.

A criação das subprefeituras, medida importante para a cidade, tem o mesmo sentido do SUS no que diz respeito à descentralização; no entanto, a política de saúde aplicada em cada subprefeitura tem que continuar sendo orientada pela Secretaria Municipal da Saúde. A escolha dos coordenadores de Saúde, que foi motivo de polêmica com o ex-secretário Eduardo Jorge, deve se subordinar a critérios técnicos e políticos que correspondam às necessidades e avanços dessa área, que ainda tem penalizado muito a população.

*presidente Comitê Municipal de São Paulo, membro do Conselho Nacional de Saúde

Os que lucram com a crise

Os 160 bancos e instituições financeiras que operam no Brasil lucraram R\$ 19,135 bilhões em 2002, segundo levantamento preliminar feito pelo Banco Central. Graças aos elevados juros praticados no país, os ganhos cresceram 62,5% em relação ao ano anterior. Entre 2001 e 2002, a rentabilidade das instituições financeiras passou de 14,4% para 18,5%. O Itaú obteve lucro líquido consolidado de R\$ 2,376 bilhões em 2002 (queda de 0,54% frente ao ano anterior). Em 2001, o lucro dos bancos ficou em R\$ 11,775 bilhões.

O crescimento do lucro observado entre 2001 e 2002 é consequência, principalmente, daquilo que é chamado de resultado da intermediação financeira. Esse resultado se refere aos ganhos obtidos pelos bancos com operações como empréstimos e aplicações em títulos públicos. No ano passado, o resultado da intermediação financeira cresceu 46,6% e chegou a R\$ 58,711 bilhões. A maior parte das receitas de intermediação financeira vem das operações de crédito, mas os ganhos auferidos com as operações envolvendo títulos públicos têm crescido. As operações com títulos e valores mobiliários renderam R\$ 96,8 bilhões aos bancos no ano passado, contra R\$ 59,7 bilhões em 2001. Essas transações envolvem, na maioria das vezes, a negociação de títulos públicos. Os papéis do governo acompanham de perto o movimento da taxa Selic.

Ganho também com serviços

O ganho dos dez maiores bancos do país com a prestação de serviços subiu 429,26% de 1994 a 2002, pulando de R\$ 3,869 bilhões para R\$ 20,477 bilhões. Segundo estudo da consultoria Austin Asis, as receitas com cobrança de tarifas por serviços como fornecimento de talão de cheques, gestão de cursos de terceiros e administração de cartões de crédito aumentaram



ram tanto nesse período que chegam quase a cobrir totalmente as despesas com pessoal. No caso dos dez bancos analisados, esses ganhos já correspondem a 96% dos gastos com salários, ante 28,9% em 1994. Em 2001, a proporção era de 91,9%. Em instituições como a Caixa Econômica Federal, o Itaú e o Unibanco, os ganhos com a cobrança de tarifas já superam as despesas com pessoal. No Unibanco, as receitas de prestação de serviços equivalem a 158,9% dos gastos com salários. Em 1994, a proporção era de 49,4%. Nesse período, os ganhos do banco com tarifas aumentaram 1.052%, de R\$ 227 milhões para R\$ 2,616 bilhões.

Para a analista de bancos da Schroders Investment Management, Fabiana Arana, o processo de concentração no sistema financeiro do País também ajuda a explicar o aumento dos ganhos dos grandes bancos com a prestação de serviços. Hoje, as dez maiores instituições detêm 74,7% dos ativos do sistema bancário, ante 64,7% em 1994. Ou seja, as grandes instituições passaram a cobrar serviços de uma base maior de clientes. Fabiana acredita que, neste trimestre, as receitas de prestação de serviços poderão crescer ainda mais em função da volta dos recursos para os fundos de investimento. Depois de perder mais de R\$ 60 bilhões em 2002, depósitos superaram saques em R\$ 15 bilhões nos dois primeiros meses deste ano. A expectativa de aumento dos ganhos com taxas de administração de fundos.

MOVIMENTO

CSC analisa CUT sob governo Lula

No momento em que se iniciam os debates do 8º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, a Corrente Sindical Classista entende que a CUT deve continuar na linha de frente das lutas contra a Alca e o Plano Colômbia, opor-se ao acordo que cede a base de Alcântara aos EUA, denunciar o criminoso bloqueio a Cuba e defender a democracia e as reformas antineoliberais do governo Hugo Chávez na Venezuela, repudiando o golpismo fascista. É igualmente indispensável respaldar a política externa do governo Lula, que está sendo pautada pelo objetivo de unir e fortalecer a América Latina, propor uma solução pacífica e soberana para os conflitos internos da Colômbia (rejeitando a ingerência dos EUA), promover uma firme oposição à guerra no Golfo Pérsico e à política genocida do governo israelense de Ariel Sharon contra o povo palestino, assim como estabelecer uma parceria estratégica com a China e fortalecer os laços econômicos e políticos com Rússia e União Européia.

O desafio do desenvolvimento

A nova situação criada com a eleição de Lula cobra da CUT a elaboração de uma nova tática e uma nova estratégia. É preciso consolidar a vitória e apoiar a nova administração, lutando para que a transição ocorra com sucesso no sentido de superação do atual modelo e constituição de um governo orientado pelos interesses maiores da nação e em especial dos trabalhadores.

É indispensável lutar para a superação da política econômica herdada de FHC. O FMI não é bom conselheiro. A ênfase em medidas que visam acalmar mercados embriagados pela especulação, os elevados superávits primários para bancar juros da dívida pública, a manutenção da maior taxa de juros do planeta, a concessão de autonomia ao Banco Central, o respeito dogmático a contratos danosos à economia nacional e em certos aspectos obscuros, o tabu da liberdade incondicional aos movimentos (fluxos) do capital, e ao mercado de divisas (câmbio flutuante) são fatos preocupantes, que não sinalizam o caminho da mudança e devem ser acompanhados com espírito crítico pelos trabalhadores.

O principal desafio é a recuperação do crescimento duradouro da economia nacional. Uma outra época só será inaugurada quando a economia brasileira voltar a exibir taxas de desenvolvimento econômico e nível de emprego compatíveis com as necessidades e potencialidades do povo brasileiro. Justifica-se e merece o apoio da CUT a negociação de um pacto nacional pelo crescimento e o emprego, envolvendo todos os segmentos da nossa sociedade interessados no avanço das forças produtivas.

Não será possível realizar as transformações que a nação reclama sem reunir uma maioria política favorável a um novo rumo. É justo que o governo Lula encaminhe uma política de frente ampla com outras forças sociais e políticas. Obviamente, as concepções

sobre o caminho a percorrer e os interesses das classes e grupos envolvidos na proposta de pacto são e serão em muitos aspectos divergentes e contraditórios.

A recuperação do crescimento não é compatível com a política neoliberal sugerida pelo FMI e não será alcançada enquanto a política econômica estiver subordinada aos interesses do capital financeiro. Na atualidade, os interesses populares é que podem iluminar o caminho do crescimento.

Atuação da CUT

O aprofundamento das políticas neoliberais, o crescimento vertiginoso da crise social, a agressividade com que o governo de FHC tentou conduzir a reforma trabalhista, criaram as condições objetivas para uma maior unidade interna da Central e uma centralidade na política da direção.

Na estrutura interna e no cotidiano da Central, os problemas não foram superados. O hegemonismo e o exclusivismo político da força majoritária, a Articulação, não possibilitaram avanços democráticos. Foi verificado a esvaziamento das instâncias deliberativas da central.

Outra questão importante, é a relação sindicato de base/número de filiados e o valor da contribuição de cada entidade à Central. Estas informações não são compartilhadas. A não realização do senso sindical e a não democratização das informações poderão novamente levantar suspeitas e desconfiança no processo congressual e levar ao acirramento das divergências políticas. A atual contribuição dos sindicatos merece ser repensada, pois estimula a inadimplência e acaba reduzindo a participação das bases nos fóruns da CUT.

Este próximo período será decisivo para consolidar a CUT como a maior central sindical do país. Para alcançar esta condição, a independência e autonomia serão decisivas. Mudanças progressistas nos direitos trabalhistas e sindicais somente serão conquistadas com muita unidade, luta e mobilização. A Central Única dos Trabalhadores deverá construir a mais ampla unidade entre os trabalhadores para conquistar as mudanças exigidas pela sociedade.

Estratégia da CUT

O debate sobre a estratégia será o mais importante ponto de pauta do 8º Concut. A chegada à presidência de Lula, um retirante nordestino, líder grevista e dirigente sindical, dá forte carga de simbolismo a esta singular vitória das esquerdas no Brasil. Este êxito, porém, não deve ofuscar os limites do governo Lula. Três fatores devem ser pesados na análise da correlação de forças atual. O primeiro é do cenário mundial de grave crise e ameaças à humanidade. Nas potências capitalistas ocorre o recrudescimento de forças direitistas. A segunda grave limitação é a herança maldita deixada por mais de 10 anos de imposição do neoliberalismo no Brasil. FHC entregou ao sucessor um país a beira da insolvência – mais endividado, desnacionaliza-



Wagner e Felício, da CUT, com o presidente Lula

do e estagnado economicamente. Por último, o governo Lula ainda terá de enfrentar o quadro de certo equilíbrio político no país, expresso na posição minoritária da esquerda no Parlamento e nos governos estaduais. Em síntese: as esquerdas elegeram o presidente, mas não tomaram o poder político; o neoliberalismo foi derrotado eleitoralmente, mas não foi aniquilado.

O governo Lula será alvo de intensas pressões, ameaças e chantagens. As elites neoliberais farão de tudo para manter a orientação macroeconômica que serve unicamente aos interesses da oligarquia financeira. Esta pressão não virá só de fora do Planalto. Na própria composição do governo ela está refletida, com setores chaves pregando a continuidade do perverso modelo neoliberal.

A CUT precisará exercitar a sua concepção e prática de autonomia na defesa dos anseios dos trabalhadores. O seu objetivo estratégico deve ser o de pavimentar um campo de pressão popular para se contrapor ao brutal cerco das elites neoliberais. Deve dar apoio ao projeto de mudança expresso no governo Lula – a derrota deste governo será a derrota do projeto alternativo das esquerdas. Por outro lado, precisa zelar pela sua independência de classe, viabilizando um campo de pressão ativo pelas mudanças que o país necessita e as urnas exigiram.

A CSC rejeita qualquer tentativa de ingerência do governo na CUT e qualquer postura de passividade, de cooptação, da sua direção. Cabe à CUT apostar na mobilização ativa dos trabalhadores, na luta pela conquista de uma sociedade soberana, democrática e mais justa – compromisso do projeto democrático e popular personificado pelo presidente Lula.

A CUT não abdica do seu projeto de classe; não pode confundir unidade nacional com a falsa conciliação de classes; não deve aceitar pagar o “pacto” da grave crise do capitalismo. Seu esforço é para que o Brasil trilhe outro caminho, que de forma cautelosa, mas decidida, supere o modelo neoliberal.

Bandeiras, luta e organização

A CUT precisa reavaliar suas bandeiras, suas formas de luta e de organização. As reivindicações tradicionais dos trabalhadores, como a reposição das perdas salariais e a estabilidade no emprego, mantêm-se atuais. Outras ganham maior relevo no novo ciclo político. A CUT deve ter uma posição

ativa, inclusive propositiva, na defesa de um projeto nacional de desenvolvimento econômico. Sem a retomada do crescimento será impossível a geração de emprego e renda. Torna-se crucial romper com as armadilhas do mercado, superar o receituário neoliberal. A CUT também precisa apresentar um projeto próprio e concentrar todas as suas energias numa massiva campanha pela valorização do trabalho. Neste ponto, ganha destaque a urgente mobilização nacional pela redução da jornada sem redução dos salários. Esta é a bandeira que melhor encarna a luta contra o desemprego, que vitima milhões de brasileiros.

A CUT necessita dar maior atenção aos temas internacionais. A “petroguerra” contra o Iraque, por exemplo, terá forte impacto no cenário mundial, reforçando o poder unipolar dos EUA e enfraquecendo a capacidade de transformações sociais no Brasil. Já a imposição da Alca representa um golpe na soberania nacional, uma violenta regressão social e um impetuoso ataque à democracia. Seja nos fóruns mundiais ou, principalmente, na agenda nacional de luta, a CUT deve priorizar estes temas, promovendo campanhas de conscientização e mobilização da sociedade e participando ativamente das jornadas de solidariedade internacionalista.

A nossa Central está chamada a ter um papel mais ativo na batalha de idéias na sociedade, desmascarando o “pensamento único” neoliberal, e na mobilização de amplas massas em defesa das mudanças pregadas pelo novo governo. A CUT deve evitar as armadilhas da burocratização, agora reforçadas pela importante vitória institucional das esquerdas. Necessita ser uma central mais presente nas lutas, investindo prioritariamente nas mobilizações de massas, de rua. É preciso também superar as ações puramente verticalizadas, “corporativas”, apostando mais nas batalhas políticas de toda a classe. A atual fragmentação das lutas de categoria, regidas pela agenda das campanhas salariais, mostra-se insuficiente na disputa que será travada na sociedade brasileira. É urgente unificar as lutas em torno de bandeiras como a da valorização do trabalho, em defesa da redução da jornada, contra a guerra imperialista e contra o projeto de anexação da Alca.

A CUT precisa aproveitar ao máximo a nova conjuntura para reforçar suas bandeiras organizativas. Adquire enorme importância a batalha pela conquista legal

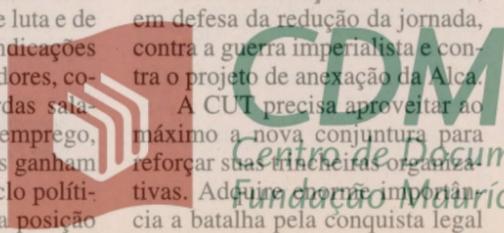
das organizações por local de trabalho (OLT). Até hoje os espaços nas empresas são totalmente inacessíveis aos sindicatos e à organização dos trabalhadores; mantém-se a “ditadura nas fábricas”. As OLTs serão fundamentais na luta pela hegemonia na sociedade. O momento também permite efetuar aperfeiçoamentos na unicidade sindical brasileira, visando superar a fragmentação imperante no sindicalismo e conquistar o sindicato por ramo de atividade. Este movimento deve, porém, evitar o canto da sereia das propostas liberais do pluralismo sindical e de asfixia financeira das entidades.

A CUT frente ao governo

A CUT deve apoiar o novo governo, ajudando sua consolidação, mantendo sua independência, autonomia e liberdade de crítica. A CUT e o movimento sindical devem apoiar as medidas emergenciais de combate à fome, à pobreza e ao desemprego; apoiar as reformas agendadas pelo governo (trabalhista, sindical, previdenciária e tributária) desde que sejam orientadas pela perspectiva do desenvolvimento, justiça social, distribuição da renda e respeito aos direitos adquiridos; exigir maior controle sobre os fluxos de capital, um outro relacionamento com a oligarquia financeiro e a mudança da política econômica.

Uma questão central é lutar para que o governo se oriente por uma nova política econômica capaz de conduzir ao desenvolvimento com valorização do trabalho. Os interesses populares, e em especial aqueles da classe trabalhadora, estão em correspondência com a necessidade de desenvolvimento e podem contribuir para a retomada do crescimento. Contemplando os interesses populares, o governo Lula poderá criar as condições sociais e econômicas para mudar os rumos do país e fugir ao círculo vicioso da estagnação, ampliando o consumo popular, fortalecendo o mercado interno e estimulando o crescimento. A redução da jornada de trabalho e outras medidas de combate ao desemprego, por exemplo, podem proporcionar o aumento da capacidade produtiva e da riqueza nacional ao incorporar à atividade econômica milhões de trabalhadores excluídos do mercado pelo neoliberalismo.

O movimento sindical, tendo à frente a CUT, necessita forjar uma ampla unidade, envolvendo outras centrais, confederações, federações e sindicatos independentes com o objetivo de viabilizar a mudança. As batalhas dos trabalhadores devem estar em sintonia com a luta mais geral do governo Lula rumo à reconstrução nacional e por um novo modelo de desenvolvimento. A CUT deve contribuir para consolidar e fortalecer o Fórum Nacional dos Trabalhadores, visando a elaboração de propostas unitárias no Conselho de Desenvolvimento Econômico, no Congresso Nacional e outras instâncias e defendendo idéias e concepções orientadas pelo objetivo maior de valorizar o trabalhador e promover o crescimento da economia e do nível de emprego.



NACIONAL

Previdência: reforma ou regressão?

ALTAMIRO BORGES*

O ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, iniciou uma maratona aos estados para discutir com governadores, parlamentares, empresários e líderes sindicais a sua proposta inicial de reforma da Previdência. Do lado patronal, recebe aplausos efusivos – “é a reforma que FHC deixou de fazer e que o mercado exige”; já entre os dirigentes sindicais, críticas ao aqoamento do novo governo e rejeição a qualquer medida que represente um novo retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

A reação do sindicalismo, do qual provêm o próprio ministro (ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo), é plenamente justificável. Afinal, os argumentos esgrimidos até agora pelo governo são mesmo preocupantes. Entre outras justificativas para a pressa nesta reforma, destacam-se duas: o déficit do setor e a existência de distorções na Previdência dos servidores públicos. Na forma, o novo governo adota um comportamento bem diferente do reinado de FHC, procurando dialogar com a sociedade; no conteúdo, ainda repete velhos argumentos usados pelo tuacnato que foi repellido nas urnas.

Causas do rombo

No que se refere ao déficit, os agourentos de plantão estimam que ele atinja R\$ 76,4 bilhões neste ano – um número assustador, mas sempre sujeito, como qualquer estatística, às manipulações que camuflam a essência do problema. O que se acusa do rombo previdenciário na verdade diz respeito à Seguridade Social. Um dos maiores avanços obtidos na Constituição de 1988 foi a idéia da formação de um sistema integrado de seguridade, que englobaria: a saúde pública (amparo aos doentes), a assistência social (amparo aos portadores de deficiência e às pessoas em situação de risco) e a Previdência Social propriamente dita (proteção aos que ultrapassam o período de vida de trabalho).

Como explica César Benjamin, “os dois primeiros correspondem a direitos líquidos de cidadania e, como tal, não contam com receitas próprias, devendo ser financiados com impostos pagos pela sociedade como um todo (as contribuições sociais). Portanto, não se aplica nesses casos o conceito de déficit (ninguém diz, por exemplo, que uma escola pública, que oferece ensino gratuito, é ‘deficitária’; tampouco se pode dizer isso de um hospital público, ou da assistência a uma pessoa pobre, portadora de deficiência grave). Incluir as despesas da Seguridade, como um todo, no chamado ‘déficit da Previdência’ é um artifício lamentável, que só serve para assustar a opinião pública e dramatizar o problema”.

Além de excluir do rombo tais direitos civilizatórios, também seria justo deixar de fora as aposentadorias pagas aos trabalhadores rurais – outra conquista da Constituição de 88, regulamentada recentemente. No ano passado, o INSS destinou a estes sofridos brasileiros a quantia de R\$ 14,5 bilhões – um mísero salário mínimo para cada família rural. Por último, mas não por fim, milhares

de empresas não pagam sua cota previdenciária e não depositam nem a parte descontada dos trabalhadores; que o próprio Estado é o maior devedor do sistema; que uma parcela dos recursos é desviada, através da manobra da desvinculação das receitas, para outros gastos – em especial, para o pagamento dos juros do sistema financeiro. E assim por diante...

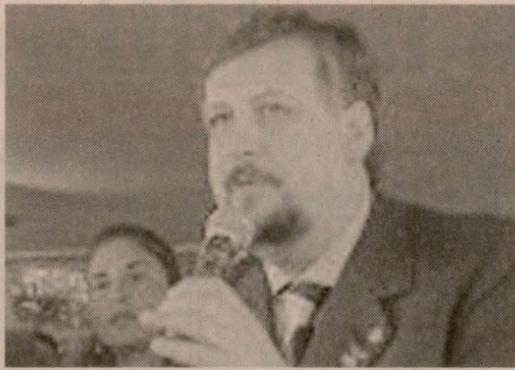
Para ir à essência do problema é necessário também discutir quais as verdadeiras causas da atual crise. Até meados dos anos 90, a Previdência era superavitária. Em 1994 tinha R\$ 2 bilhões em caixa. Mas devido ao triste reinado de FHC, com a explosão do desemprego, o cruel processo de precarização do trabalho e o aumento da informalidade, os recursos começaram a minguar, com a natural queda da contribuição. Se na década de 70 houve aumento de 7,9% no número de contribuintes, nos anos 90 ele foi de apenas 0,8%.

A principal causa da crise da Previdência decorre dos rumos da economia. Sem romper com o modelo neoliberal aplicado nos últimos anos não haverá crescimento da economia; sem a retomada do crescimento não haverá geração de emprego e renda; sem isto, o déficit da Previdência só tende a crescer. A questão é: quem deve pagar a conta? Os aposentados e pensionistas, que contribuíram durante décadas e hoje recebem migalhas na velhice? Neste caso, os seus “contratos” seriam rompidos, resultando numa regressão de direitos. Ou o capital financeiro e oligopolista?

Servidores na mira

Quanto às distorções na Previdência dos servidores públicos, é preciso cuidado para não juntar o joio com o trigo! As chamadas forças do mercado, nome fictício do capital monopolista, não vacilam em culpar os servidores pela crise brasileira. Assanhadas, exigem a guilhotina em direitos históricos. A Editora Abril, que serviu de quartel general da candidatura tuca, não esconde a sua postura hidrófoba. Derrotada nas urnas, tenta agora enquadrar o novo governo. Segundo a *Veja*, da tradicional família Civita, “o rombo da previdência governamental é a causa principal do desequilíbrio das contas públicas”. Daí a sua proposta, abençoada pelo “deus-mercado”, de reduzir as aposentadorias dos servidores e de cobrar os inativos.

Só que este tema, bastante complexo, não permite qualquer imprevidência de um governo que tem forte base de apoio entre o funcionalismo. Descontentes com o desmonte do setor público e com a degradação das condições de trabalho, expresso em oito anos de salários congelados, os servidores votaram em peso na candidatura Lula. Eles não aceitam que os seus direitos sejam tratados como privilégios. Sabem que o seu regime de contribuição previdenciária é bem diferente do setor privado; que eles depositam 11% dos seus vencimentos, enquanto os contribuintes do INSS pagam no máximo 8% sobre o teto de R\$ 1.561,00. Sabem



Ministro da Previdência, Berzoini

que mais de 80% dos servidores aposentados recebem benefícios inferiores a R\$ 2 mil mensais.

Qualquer proposta de reforma da Previdência no setor público deve partir da realidade concreta, evitando as manipulações e pressões do “deus-mercado”. Mesmo a poderosa CNTSS (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social), ligada à CUT, está disposta a discutir as distorções existentes no setor, mas não aceita que o conjunto dos servidores seja culpado pela atual crise. “O maior risco de erro do novo governo é trazer para a reforma a mesma visão financeira do governo FHC. A reforma não é só um problema financeiro, é uma questão social”, explica Wladimir Nepomuceno, dirigente da CNTSS.

Como se observa, o assunto é explosivo e vai dar muito pano pra manga. Em certo sentido, condensa as contradições do governo Lula, que será alvo de intensa disputa. Na síntese de Renato Rabelo, presidente do PCdoB, esta fase de transição será “marcada por embate entre mudança e continuidade, avanço e recuo... Corre-se na atualidade dois tipos de riscos: de inclinação ou envolvimento do governo iniciante pelos interesses da política econômica dominante e, de outro modo, o perigo do voluntarismo principista, desligado da realidade. Pelo que representa ainda o peso da camisa-de-força do sistema econômico em que estamos metidos, o primeiro risco é maior e mais premente”.

O importante é que o novo governo, que tantas esperanças despertou no povo brasileiro – inclusive nos 2 milhões de servidores públicos na ativa nas administrações federal, estaduais e municipais e no 1 milhão de aposentados e pensionistas do setor – não sucumba às pressões e chantagens do tal mercado. Mesmo consciente das dificuldades herdadas da “era FHC” e do cenário mundial adverso, é urgente que sinalize de fato para as mudanças, razão maior da sua vitória eleitoral. Como diz o professor José Luis Fiori, “o fundamental é a vontade política de mudar e a capacidade de manter esta decisão permanentemente, a despeito de toda e qualquer flutuação tática. O governo tem que se mover com a cautela de que desarma uma bomba, mas ao mesmo tempo é fundamental que esteja decidido a desarmá-la”.

Mesmices na reforma

O novo governo ainda não formulou um projeto definitivo de reforma da Previdência. Vários balões-de-ensaio já foram lançados e, no geral, todos são preocupantes. Entre as propostas listadas pelo ministro Ricardo Berzoini, destacam-

se três: a da criação do regime único para os trabalhadores da iniciativa privada e do setor público; a do estímulo aos fundos privados de previdência complementar; e a da cobrança de contribuição dos servidores inativos. Todas têm como alvo os servidores públicos.

O governo FHC já havia imposto alguns dos “ajustes” receitados pelo FMI e Banco Mundial contra os assalariados da

iniciativa privada. Coube ao banqueiro André Lara Resende a tarefa suja de propor essas medidas. Conforme confessou na época, o modelo seguido foi o da previdência chilena, reformada ainda no período da ditadura do general Augusto Pinochet. FHC aprovou vários mecanismos que penalizaram os contribuintes do INSS. É deste período o golpe do fator previdenciário, o aumento do tempo de serviço, a fixação do teto rebaixado de benefícios (hoje de R\$ 1.561) e o estímulo aos fundos de pensão. Desta forma, os explorados do setor privado foram sacrificados no sagrado altar do mercado, com o aumento das contribuições e a redução dos benefícios. As investidas contra o setor público, entretanto, não evoluíram muito devido à forte reação do organizado sindicalismo do setor, à rejeição dos partidos de oposição e aos recorrentes vetos do Poder Judiciário.

Revanche do mercado

Agora, porém, as sinistras forças de mercado tentam enquadrar o novo governo. Acuado, este chega até a desafiar o sindicalismo, uma de suas principais bases de apoio, com a idéia de acelerar a aprovação do PL-9. Monstrengo criado por FHC, este projeto limita o valor da aposentadoria dos servidores, que seria equivalente à miséria do INSS, e cria a previdência complementar.

O sindicalismo dos servidores públicos já anunciou que não aceita a imposição deste projeto. Em plenária nacional marcada para 23 de março, ele definirá as formas de resistência. Já a CUT, segundo João Felício, garantiu que “não vai ficar parada se o PL não for discutido com a sociedade”.

Os trabalhadores não aceitam pagar o “pacto”, rejeitam o PL-9 e questionam os eixos apresentados para reforma da Previdência. A CUT até concorda com a idéia da criação do regime único para o setor privado e público. A questão é: por que “nivelar por baixo” e não elevar o padrão previdenciário dos brasileiros? O certo seria anular as reformas regressivas de FHC, possibilitando que o trabalhador da iniciativa privada tivesse os mesmos direitos do servidor público, que se aposenta com o salário da ativa.

Comida requeitada

O ministro Berzoini insiste que o regime único tenha o mesmo teto do INSS – os míseros R\$ 1.561,56. O servidor teria, assim, sua aposentadoria reduzida. Seria forçado a contribuir para os fundos de pensão se quisesse ter uma velhice mais segura. Gente da existência de distorções no setor,

no qual uma minoria de mil servidores, entre os 1 milhão de aposentados, recebe mais de R\$ 20 mil mensais, a CUT propõe que o teto seja de até 20 salários mínimos. Segundo estudos, este valor contemplaria mais de 80% dos servidores.

Quanto à contribuição dos inativos, ela surge mais como o “bode na sala”. O governo sabe da sua inviabilidade jurídica. Esta idéia foi obsessivamente perseguida por FHC, mas o STF considerou ilegal o rompimento dos contratos dos servidores, que já contribuíram por longos anos e seriam forçados a pagar novamente. Os mesmos setores que insistem em “honrar os compromissos” com o capital financeiro defendem a anulação das cláusulas dos servidores. A revista *Veja*, por exemplo, gosta de enfatizar que o déficit da previdência atingiu R\$ 71 bilhões em 2002; mas esconde que no mesmo ano os bancos abocanharam somente de juros da dívida mais de R\$ 100 bilhões.

Por último, quanto ao estímulo à previdência complementar, a proposta é das mais repulsivas. Ainda no passado recente, vários fundos privados, como os Montepios da vida, faliram e deixaram os contribuintes no total desespero. Já na “era FHC”, vários fundos públicos existentes tornaram-se sócios no processo de privatização das estatais, ajudando, de forma indireta, na demissão de milhares de brasileiros e no próprio fomento da especulação. A privatização da previdência é hoje o principal alvo da gula do capital rentista mundial. Estes fundos de pensão rendem fortunas no cassino especulativo e em investimentos; são os principais aplicadores na indústria de armas dos EUA.

As propostas apresentadas até agora pelo governo são negativas e têm um forte sabor de comida requeitada. De imediato, elas inclusive estimulariam os pedidos de antecipação de aposentadorias e elevariam o próprio déficit da Previdência. Beneficiariam o tal mercado, mas causariam mais problemas aos cofres públicos. Segundo estudo de Kaizô Beltrão, do IBGE, a arrecadação da União teria uma perda média anual de R\$ 1,7 bilhão em função da reforma. Além de transferir a parte lucrativa para os fundos privados, o governo teria que sustentar as aposentadorias existentes com uma arrecadação bem inferior.

Como explica Wladimir Nepomuceno, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Seguridade Social (CNTSS), da CUT, “se o problema do governo é a formação da poupança interna para enfrentar os graves problemas econômicos do país e investir em setores essenciais, existem outras formas para se chegar a isso sem tirar direitos dos servidores e empurrá-los para os fundos de pensão”. O sindicalismo consequente aposta no êxito do projeto mudancista do governo Lula, mas sabe que isto só é viável com a superação das armadilhas neoliberais e não com a continuidade do mesmo modelo perverso.

Sérgio Miranda desmascara 'Herança maldita de FHC'

SÉRGIO MIRANDA*

O deputado federal Sérgio Miranda (PCdoB/MG) publicou um amplo panorama crítico dos oito anos dos governos de Fernando Henrique Cardoso – e explicita o seu objetivo de, ao rever o fracasso das gestões anteriores, contribuir para o debate sobre as alternativas de mudança para o Brasil. “A herança maldita de Fernando Henrique” faz um balanço minucioso e generalizador sobre essa fase. A seguir, o artigo do deputado Sérgio Miranda, apresentando a revista:

Uma importante e oportuna tarefa está nas mãos das novas forças políticas que comandam o Brasil: compor criticamente um painel retrospectivo da última década que desfigurou nossa nação. Somente desmascarando os governos de FHC-FMI poderemos separar o joio do trigo e ajustar o foco sobre a árida e adversa realidade brasileira e o que deve ser reconstruído para a retomada da rota do crescimento econômico e do progresso social.

O propósito desse amplo estudo, que redundou na revista *A Herança Maldita de FHC*, é lançar um grito de alerta, justamente para não se repetir a inércia obtusa que tem-nos empurrado para a vala da dependência externa e do atraso social. Ter clareza sobre a orientação política de Fernando Henrique Cardoso – para explicitar o desastre histórico da gestão neoliberal e seus desdobramentos na economia nacional – é um dever para os novos governantes. Afinal, não devemos esquecer que foi sob o signo da mudança que se configurou a histórica eleição de Lula.

Fundo do poço

Apontar os mecanismos que conduziram o Brasil ao fundo do poço é, principalmente, assinalar a responsabilidade da política econômica neoliberal. Denunciamos, assim, o perigo da mistificação da globalização como algo inexorável,

propalada mundialmente como um bem universal, um caminho natural e inevitável. Aplicada – com impecável rigor – pelo ex-presidente Fernando Henrique e seus fiéis escudeiros, essa política somente desservi ao Brasil, fazendo valer os interesses mais preciosos do grande capital financeiro.

Pois, ao lançarmos luz sobre o pensamento hegemônico da globalização – que já mostra claros sinais de declínio –, endossamos uma nova ordem contrária à supremacia financista do mercado e em torno de bandeiras que resgatam os valores de justiça, humanidade e reconstrução do Estado e da soberania nacional.

O alto custo desse modelo neoliberal ressoou no Brasil como um verdadeiro desastre social e já vem sendo questionado e cobrado por setores cada vez mais significativos da sociedade. Vide a renovação dos quadros políticos no último pleito presidencial.

Um novo projeto

Partimos da convicção de que exportar a sociedade brasileira o quadro de economia de guerra legado por FHC em oito anos de sujeição ao capital financeiro internacional suscita – e até mesmo precede – a defesa e a aplicação de um novo projeto político para o Brasil. É desse debate franco e sincero que surgirá, num processo coletivo de busca de alternativas, um novo projeto, revestido de um caráter nacional, democrático, popular e progressista, que enfrente com coragem a dependência externa, as altas taxas de juros, as privatizações, a pressão dos mercados financeiros por mais lucros e os acordos internacionais que lesam a soberania.

Os próprios números oficiais confirmam a que veio e a quem serviu o governo de FHC, Pedro Malan e Armínio Fraga. Em suas



A capa da revista-denúncia

duas gestões, enquanto os ganhos dos 10 maiores bancos privados triplicaram, a renda média do trabalhador caiu 11%. Acentuou-se a dependência externa, tornando os reféns do FMI e suas imposições de ajuste fiscal. O estrago está estampado na retirada crescente de direitos trabalhistas e ataques sistemáticos ao sistema previdenciário. Recorreu-se às privatizações e ao pagamento de juros estratosféricos que vêm consumindo a maior parte dos orçamentos públicos, obrigando governos federal, estaduais e municipais a promoverem demissões crescentes e a reduzirem drasticamente os investimentos em setores sociais diversos, arruinando também a infra-estrutura instalada, como estradas e energia elétrica.

Convidamos você a um breve percurso pelos principais desmandos de FHC e sua equipe ao longo de oito anos de abertura descontrolada e desnacionalização generalizada da economia. Esta revista compõe-se de capítulos temáticos versando sobre o achatamento da produção nacional, o desastre da privatização do setor elétrico e das telecomunicações, a substituição do monopólio público pelo privado, o desemprego recorde, a preca-

rização e flexibilização do trabalho liderada pelo governo, destruindo décadas de direitos constituídos.

Nesta publicação, é analisada também a irresponsabilidade fiscal e monetária de Fernando Henrique com a explosão das dívidas interna e externa, e o decorrente comprometimento dos recursos públicos e riquezas nacionais, além do grave aumento da vulnerabilidade do Brasil. Há análises, ainda, expondo o abuso de poder, por meio da edição desenfreada de Medidas Provisórias e das campanhas oficiais para reduzir os direitos dos aposentados e responsabilizá-los pelo déficit da previdência. Vale a pena dedicar atenção ao último texto, intitulado “Como os homens do mercado tentaram amarrar o novo presidente”, que mostra como, no oitavo ano de governo, o presidente e seus aliados financistas criaram um clima de terror junto à opinião pública nacional e internacional apontando a trilha neoliberal como a única saída para escapar do caos.

Coragem política

Cabe a nós dissipar essa cortina de fumaça para simplesmente restaurar a verdade, demolindo o mito do Plano Real e sua estabilidade forjada à custa da explosão da dívida pública e da desnacionalização da economia. Antes de mais nada é preciso coragem política para enfrentar essa maldita herança, buscando a análise consequente e séria da realidade como condição essencial para alcançarmos as mudanças exigidas pela sociedade.

Também nos motiva aprofundar esse debate porque não podemos perder de vista a oposição renhida que já está se formando e se estruturando para voltar ao poder na próxima disputa presidencial. E são justamente as mesmas velhas forças políticas, que sustentaram

esse projeto, que se preparam e pretendem a forra eleitoral, tanto no cenário nacional, quanto nas eleições municipais, daqui a dois anos.

Constituímos uma visão lúcida desse passado recente significa transpor os limites que viciaram o fazer político no período recente.

Tudo foi planejado e executado sob a batuta e regência de Fernando Henrique Cardoso, aclamado mundo afora como grande estadista e fiador de um processo eleitoral transparente e democrático, apesar de rendido aos ditames do FMI – ou talvez por isso.

Nossa crítica, entretanto, não passa pelo viés do julgamento estéril, gratuito e ressentido. Pelo contrário, servirá de guia político para evitar, ao máximo, o caminho percorrido nos últimos oito anos, de tantos espinhos e dissabores para o povo brasileiro. O desmascaramento do período FHC-FMI é mais que urgente para disparar o sinal de alerta aos novos governantes. Providencial ainda para desenharmos um futuro apoiado em alternativas sólidas e viáveis de crescimento econômico e prosperidade social.

Estamos confiantes na mudança acenada por Lula e pelas forças progressistas vitoriosas em 2002. No entanto, para construirmos um novo modelo de desenvolvimento nacional precisamos enfrentar esse debate sobre o passado. Com coragem e altivez, somos aliados de Lula nessa difícil mas desafiadora oportunidade histórica de mudar o Brasil. Em quatro anos temos a responsabilidade de plantar as sementes que farão germinar um novo país, de justiça social e econômica, de perfil democrático e popular.

A revista pode ser solicitada ao gabinete do deputado Sérgio Miranda: Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 462, CEP 70160-900, fone 61 318 5462. A versão integral da revista está disponível em www.vermelho.org.br/sergiomiranda

*deputado federal PCdoB/MG e membro do Comitê Central

Novo presidente do PCdoB capixaba

No dia 8 de março, em um dos auditórios da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, os dirigentes estaduais comunistas estiveram reunidos para discutir assuntos da política nacional e estadual e mudanças em sua Comissão Política (Executiva). Com 33 dirigentes estaduais presentes (de um corpo de 34), os comunistas decidiram eleger Anderson Falcão Azevedo para a presidência do Partido – ele vinha dirigindo a Secretaria de Organização do PCdoB. Filiado ao Partido há 15 anos, Falcão teve passagem pelo

movimento estudantil secundarista e universitário. Foi presidente da Umes de Vitória e diretor da Ubes.

Depois de 13 anos, Namy Chequer foi substituído da presidência estadual do Partido. A mudança foi devidamente acompanhada pela direção nacional e ocorreu em clima de tranquilidade. Namy Chequer vinha acumulando várias funções no Partido e nas atividades profissionais. Além do programa de TV e rádio, Namy assumiu recentemente o mandato de vereador na capital, a que dedicará prioridade.

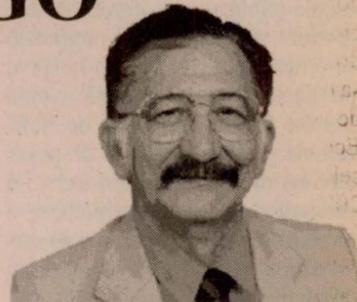
Morre dirigente comunista em Luziânia/GO

Na madrugada de 10 de março, faleceu, no Hospital de Base de Brasília, o histórico e combativo militante, jornalista e dirigente do PCdoB de Luziânia (GO), Stanley Paiva dos Santos (60 anos), vítima de câncer no pulmão. O velório foi realizado segunda-feira, no Salão da Câmara Municipal de Luziânia e o enterro, à tarde, no Cemitério Municipal de Luziânia.

Cerca de mil pessoas estiveram nas solenidades fúnebres de Stanley, inclusive o prefeito de Luziânia, Delfino Moreira, e alguns vereadores luzianenses. Os dirigentes do Comitê Estadual do PCdoB (GO) - Marcos Antônio Araújo (presidente), João Pires

Júnior (secretário de Organização) e Edwiges Carvalho (secretária de Formação) - representaram o Partido.

Depois de trabalhar na imprensa amazonense – onde atuou em alguns jornais, como *A Crítica* e outros veículos engajados em causas políticas locais e nacionais –, Stanley se mudou para Brasília e, numa visita a Luziânia, se encantou com o povo da localidade e com a própria cidade, onde resolveu se fixar. Luziânia, localizada na região do Entorno de Brasília (DF), é um município centenário que já se chamou Santa Luzia. Em 1998, filiou-se ao PCdoB e em 2000 fundou a Associação comunista que concorreu ao cargo



Stanley: vereador e jornalista

de prefeito de um município goiano. Obteve cerca de 4 mil votos. Em 2002 voltou a se candidatar, dessa vez a deputado federal. Irreverente, Stanley tinha, em sua casa, uma bandeira do Partido hasteada num mastro. Além do jornalismo e da paixão pela política, Stanley foi jogador do Fast Club (AM) nos anos 60.

MOVIMENTO

Liège Rocha: 'É preciso travar o debate para combater a opressão'

MÔNICA SIMIONI

A União Brasileira de Mulheres (UBM), que completará 15 anos em agosto, luta pela emancipação da mulher em diversos segmentos, buscando a igualdade de gêneros e o fim de toda opressão. Liège Rocha, presidente da UBM, fala nesta entrevista sobre a opressão da mulher e o Congresso da entidade que se realizará em agosto.

Classe Operária: Como surgiu a União Brasileira de Mulheres?

Liège Rocha: A UBM foi fundada em agosto de 1988, com a participação de 1.200 delegadas no 1º Congresso em Salvador. De lá pra cá, a entidade cresceu bastante. Hoje atuamos em quase todos os estados e participamos de diversos movimentos dentro e fora do país.

Classe: A UBM é hoje uma das entidades mais respeitadas no movimento de mulheres, participando de diversos fóruns sobre a saúde da mulher, trabalho e políticas públicas. Como é que isso se desenvolveu?

Liège: A UBM avançou e amadureceu muito nesses anos de luta. Ela conquistou um espaço grande e seu trabalho é bastante reconhecido no meio. Nós temos uma atuação de frente, somos a favor da igualdade e contra toda opressão. Muitas entidades atuam de outra maneira. Umas acham que a luta da mulher é contra o homem. Outras, que a luta não é de classe. Isso é errado. A luta da mulher está intrinsecamente ligada à questão de classe, raça e etnia. Por isso, nós temos muita inserção, porque nossa política é a mais acertada nesse sentido. No Fórum Social Mundial, por exemplo, nós organizamos quatro oficinas im-

portantes sozinhas: Mulheres pela Paz; Desafios das Mulheres Socialistas em um Brasil Companheiro; As Mulheres e um Novo Brasil; e Cidadania e Saúde da Mulher.

Classe: Quais são as questões que as mulheres enfrentam no trabalho?

Liège: Hoje, as mulheres estão mais inseridas no mercado, porém não em iguais condições que os homens. Pesquisas revelam que mais mulheres sofrem de estresse do que homens. O trabalho está relacionado com a opressão. A mulher tem a família, tem o filho, tem a casa. Não que o homem não tenha também ou que o filho seja um problema. A questão não é essa. Mas, por exemplo, a maternidade não é considerada uma função social, ou seja, com o governo e o Estado sendo também responsáveis, e isso é uma questão fundamental para a emancipação da mulher, porque interfere nas suas condições de trabalho. Segundo o IBGE, 30% dos homens já compartilham com suas esposas as questões domésticas. Mas é preciso ver as novas condições de trabalho da mulher. Há trinta anos, quando a mulher era contratada pela empresa, ela era jovem e solteira. Hoje, ela é casada e com filhos.

Classe: E muitas vezes, na família, a mulher também é oprimida.

Liège: A violência doméstica é silenciosa e por isso muito perigosa. Ela não é uma prática natural e precisa ser combatida. A mulher deve lutar contra a impunidade. Se ela se cala, perpetua aquela ação e não muda nada. O que acontece é que muitas vezes a mulher não se sente oprimida e, por isso, não percebe que está sofrendo preconceito.

Classe: Você acha que as mulheres são machistas?

Liège: Isso é delicado. As mulheres reproduzem o machismo em determinadas situações. Muitas vezes, até reforçam o machismo. Muitos intelectuais consideram o século 20 o século da mulher porque agora somos cidadãs, votamos, estamos no mercado de trabalho, no Parlamento. No século 19, as mulheres lutavam para estudar. Elas já queriam romper com esses preconceitos. Por exemplo, há determinados tipos de brincadeiras de mau gosto, machistas, com conotação discriminatória, que transmitem o que a pessoa vivencia. As mulheres têm que combater esse tipo de brincadeira. Para mudar as mentalidades, é preciso combater. Travar o debate é importante para que se assimile a questão da opressão e avançar na busca de uma sociedade igualitária.

Classe: Existe preconceito com a UBM?

Liège: Existe muito preconceito. E é muito visível. Mas como a nossa proposta é mudar as mentalidades dos homens e mulheres, é preciso encarar de frente e combater o machismo.

Classe: Qual é o papel da mídia na luta pela emancipação da mulher?

Liège: A imagem nem sempre é a politicamente correta. A mídia quer vender, então nós vemos situações como, por exemplo, as propagandas de cerveja. Por que as empresas usam a mulher para vender a cerveja? Qual é a relação da bebida com o corpo da mulher? É só para homens? Não faz sentido. Mas faz o maior sucesso. Tem sempre esse padrão de beleza, a exploração do corpo



Liège, presidente da UBM

da mulher. É preciso combater esse uso da imagem distorcida, descharacterizada da mulher. A TV tem um poder muito grande. Por que não usá-la para combater o machismo, ao invés de reforçar os estereótipos?

Classe: Qual é a contribuição das mulheres para a paz no mundo?

Liège: As mulheres sempre tiveram um papel na luta pela paz justa, que está associada às nações, aos direitos humanos, à igualdade. As mulheres têm um peso grande na família e na sociedade. E se elas quiserem paz, a luta ganha mais força ainda.

Classe: Quais são os desafios da UBM?

Liège: Primeiro, fortalecer a

nossa organização. Precisamos aumentar o enraizamento da nossa opinião. Queremos também ampliar a divulgação da nossa revista "Presença da Mulher", que é um instrumento importante de questões contundentes para a mulher.

Classe: E as perspectivas?

Liège: Nosso congresso será histórico, provavelmente em Salvador, assim como o primeiro. Com ele, esperamos dar um novo impulso para nosso movimento e nos adequar à nova conjuntura do país. Temos consciência de que ela favorece uma participação maior das mulheres. Queremos impulsionar nossas ações e elevar a UBM a um outro patamar. Para mim, ela tem um potencial muito grande.

Mais mulheres no mercado de trabalho, mas com renda menor

A crise de emprego não impediu as mulheres de avançar um pouco mais no mercado de trabalho nos últimos dois anos. A diferença salarial entre os sexos diminuiu. Em 2000, aproximadamente 50% das mulheres em idade de trabalhar estavam no mercado de trabalho. No ano passado, elas já eram cerca de 52%. Os dados foram levantados por pesquisa do Departamento Inter-sindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos (Dieese), feita em seis regiões metropolitanas. Em 2000, elas ganhavam em média 65% do salário dos homens. No ano passado, 68%. Mas as pesquisadoras dizem que nesse caso, não há o que comemorar. Todos os trabalhadores perderam renda.

"O que se comemoraria seria um aumento do rendimento das mulheres e isso não aconteceu. O que aconteceu foi uma queda maior para os homens e uma queda menor, em proporção, para as mulheres", explica a coordenadora da pesquisa Patrícia Lino Costa.

As mulheres têm escolaridade maior e mesmo assim são mais



Mulheres no trabalho: exploração maior

atingidas pelo desemprego. Em São Paulo, por exemplo, o desemprego entre homens com ensino médio completo é de 11%. Entre mulheres, 19%.

A desigualdade existe apesar de toda legislação brasileira proclamar que homens e mulheres têm os mesmos direitos. Por isso, as coordenadoras da pesquisa dizem que a principal causa das di-

ferenças salariais e de oportunidades é cultural: o preconceito.

Para combater essa distorção, o Dieese faz um apelo aos empregadores.

"Olhem para a mulher como uma pessoa qualificada e capacitada para desempenhar qualquer tipo de função produtiva que possa existir", pede a vice-presidente do Dieese, Mônica Veloso.

ASSINE

A CLASSE OPERÁRIA

Alameda Sarutaiá, 185, CEP 01403-010, Jardim Paulista, São Paulo, SP
Tel.: (11) 3054 1800 Correio eletrônico: classe@pcdob.org.br

12 edições = R\$ 20,00

Pagamento:

Cheque nominal Cartão nº

Dinheiro Validade

Vale postal nº Depósito na conta

Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

CEP: Estado:

Data de nascimento: / /

Tel.: () / /

Profissão:

Correio eletrônico:

Data da assinatura: / /

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Em debate as cotas na universidade

CARLA SANTOS E
WADSON RIBEIRO*

Desde a aprovação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) do Projeto de Lei 3.524 - que dispõe da reserva na Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) de, no mínimo, 50% das vagas por curso e por turno para estudantes que sempre estudaram em escolas públicas -, o assunto sobre cotas tornou-se polêmica nacional. Principalmente porque, após a aprovação da lei estadual que reserva vagas, aprovou-se também a lei 3.708, que dispõe de 40% de cotas para negros ou pardos.

Antes de adentrarmos à polêmica é importante relembrarmos como e por que surgiu este debate de cotas em nosso país.

Passando a história a limpo

O debate acerca de cotas nas universidades públicas não se iniciou com a aprovação do projeto de lei na Alerj. Ele surgiu pela primeira vez em 1993, como resolução de um Congresso Nacional da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e foi fruto de um debate inicial realizado pelos estudantes de ensino médio sobre como valorizar ainda mais o sistema público de ensino em nosso país.

Ocupada com os debates em curso acerca da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação naquele ano e nos que se seguiram, a Ubes só veio retomar com força a bandeira da reserva de vagas em novembro de 1999, quando o Senador Antero Paes de Barros, inspirado na proposta da entidade, apresentou projeto de lei seme-



Wadson

lhante à proposta da Ubes no Senado.

É então que a Ubes lança em todo o país, no ano de 2000, a campanha "Universidade Pública é pra lá que eu vou - Uma vez ensino público sempre ensino público", levando às universidades, escolas, assembleias e Congresso Nacional, a sua proposta de projeto de lei que disponibiliza 50% das vagas, por curso e por turno, nas universidades públicas para estudantes que sempre estudaram em escolas públicas.

Como vivenciamos esse processo, sabemos o quanto foi difícil defender essa idéia entre alguns acadêmicos e juristas, entre eles alguns alinhados ao então ministro Paulo Renato, que se colocou, desde o início, firmemente contra a proposta. Porém, a cada debate que se realizava crescia o apoio a favor da reserva de vagas, até que essa bandeira se tornou um movimento que ganhou professores, estudantes, parlamentares e até reitores por todo país. Mas, no final de 2000, com o apoio do então coordenador de juventude, Ricardo Cappeli, foi conquistada a pri-

meira vitória concreta da campanha, com a aprovação e sanção, pelo então governador Garotinho, do projeto de lei apresentado pelo deputado estadual Edimilson Valentim - PCdoB.

Por que a proposta se tornou um movimento

Durante o Governo FHC, a rede de ensino público foi duramente atacada em detrimento da rede privada. No ensino médio da rede pública a oferta cresceu, mas a qualidade de ensino ficou com a rede privada; já no ensino superior garantiu-se minimamente a qualidade nas públicas, porém expandiu-se a oferta de vagas na rede privada. Assim, a matemática do MEC privilegiava os donos de escolas particulares e cursinhos, que passaram a "vender o peixe" de que somente a rede privada teria qualidade para levar o estudante à universidade pública.

Constituiu-se, então, uma campanha nacional e quase oficial de que na universidade pública estavam os ricos e nas universidades privadas os pobres. Aproveitando-se desse falso senso comum, Paulo Renato chegou a declarar suas intenções, orientadas pelo Banco Mundial, de passar a cobrar mensalidade dos estudantes das universidades públicas.

Atacando o centro dessa campanha orquestrada pelo MEC contra as universidades públicas, os estudantes trouxeram à luz do dia pesquisas recentes que apontam que, do número total de estudantes de universidades públicas, mais de 50% são oriundos da rede básica pública. A questão colocada se apresenta apenas quando olhamos a ocupação de vagas curso a cur-

so, pois nem todos têm essa média. Cursos como medicina, odontologia, direito, entre outros, chegam a ter 90% de suas vagas ocupadas por estudantes da rede privada. E aí entra o debate acerca da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas.

Por isso, os estudantes defendem a reserva de no mínimo 50% das vagas, por curso e por turno, nas universidades públicas para estudantes que sempre estudaram em escolas públicas, como uma resposta política e imediata em defesa da rede de ensino pública.

Igualdade, mérito e cota para negros e pardos

A medida imediata de reservar vagas não fere a isonomia ou o mérito na disputa por uma vaga na universidade, como afirmam alguns. Primeiro, porque não podemos falar de isonomia só na universidade. Se vamos falar de isonomia, temos que começar pelo acesso à educação, ao lazer, à cultura e ao esporte. Quantos jovens, em nosso país, têm acesso a todos esses bens para se garantir em prova para o curso de medicina? Pelos números divulgados pelas IFEs (Instituições Federais de Ensino Superior), muito poucos. Neste sentido, a desigualdade está para quase todos, assim como a igualdade está para alguns poucos. Se é assim, não podemos continuar tratando os muitos "desiguais" da mesma forma que os poucos "iguais".

Mas, então, vamos tratar o problema do mérito. Atualmente, muitos estudantes oriundos da rede pública, mesmo sem o acesso aos bens acima descritos, já ocupam a maioria das vagas nas universidades públicas. Serão eles intelectualmente incapazes só por não ingressarem em alguns cursos, como medicina, direito, odontologia? Pensamos que não, apesar de haver gente que acredita no absurdo de que o estudante de escola pública rebaixaria o nível da qualidade de ensino na universidade pública. Acreditamos que capacidade intelectual não é uma qualidade nata e sim a ser desenvolvida durante todo processo de aprendizagem de nossas vidas.

A rede básica pública, em que pesem todas as suas debilidades, tem desenvolvido essa capacidade intelectual, porém, nos cursos onde a disputa é mais acirrada e ela se apresenta insuficiente. É como se, de uma forma geral, na escola particular estivessem estudando aqueles que atuarão em carreiras mais prestigiadas social e economicamente em nossa sociedade; e, na escola pública, as "demais" carreiras.

É preciso que a escola pública, sendo verdadeiramente democrática, possa ter instrumentos para que qualquer um, que nela estude, tenha as mesmas condições na disputa por qualquer carreira em nossa sociedade. Isso depende de maiores investimentos na rede pública e distribuição de renda mais justa em nosso país. Sabemos que estas devem ser preocupações essenciais do Estado; porém o que fazer até que o Estado recons-

trua nosso país? Vamos continuar admitindo tal fato? Por que não envolver a universidade nesse esforço? Por que não envolver a classe média desacreditada no sistema público? Até porque, mudando a médio e longo prazo esta situação na ocupação de vagas, a reserva tornar-se-á inócua, na medida em que naturalmente todas as classes terão na escola pública um centro de excelência para qualificar carreira.

Portanto, não se trata de privilegiar o pobre em detrimento do rico, o preto em detrimento do branco, o protestante em detrimento do católico, e sim a rede pública, onde estão todos, em detrimento da rede privada. Por isso, a reserva é uma medida ainda mais radical do que a cota para negros, pois além de propor mais negros na universidade, propõe a defesa da rede de ensino público em todos os níveis e para todos.

Reservar vagas é apenas um passo

Ainda assim, reservar apenas não basta. É preciso investimento para a garantia de que os estudantes permaneçam na universidade. Iniciativas como a bolsa-trabalho e aulas de reforço serão muito importantes, além de outras que, em conjunto com a universidade e o Estado, garantirão que a reserva possa levar à frente o sonho de muitos em suas respectivas carreiras.

Mas, mais do que isso, é preciso enfrentar o debate sobre a expansão de vagas nas universidades públicas. Enquanto no período de 94 a 99 o aumento de vagas nas particulares foi de quase 60%, nas públicas a ampliação não passou de 22%. É preciso que se cumpra a Constituição de 1988, que institui que a rede pública de ensino deverá ser sempre majoritária em relação à rede de ensino privada, entendendo que a última é, na verdade, um complemento da primeira.

Outro aspecto fundamental é a melhoria da qualidade do ensino público. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) do ano de 2000 revelou que a média nacional de todos os estudantes, nas matérias de matemática e português, decaiu em cerca de 2 a 3 pontos. Entre os estudantes da rede pública a situação foi ainda mais trágica, chegando a cair cerca de 3 a 5 pontos.

Para superar estes problemas estruturais da educação pública em nosso país cabe ao governo Lula, num primeiro momento e ainda que gradativamente, garantir o investimento de, no mínimo, 7% do PIB para a educação, bem como repensar a educação como um sistema e não mais como parte desconectada de um projeto nacional de desenvolvimento soberano e democrático.

Ministro quer discutir reserva de vagas para negros

O fato de os negros brasileiros terem reserva de vagas para entrar nas universidades é um tema que necessita de debate, na opinião do ministro da Educação, Cristovam Buarque. "A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) prestou um grande serviço ao colocar as cotas e o debate, na prática, sobre a assunto", disse o ministro. A seu ver, a decisão da Uerj "colocou o tema da discriminação na mesa dos brasileiros".

O ministro destaca que, há dez anos, ninguém falava em reserva de vagas para negros. Segundo ele, "todo mundo está falando na discriminação racial em geral, mas contra uma proposta que corrija esta discriminação".

Como educador e pensador, Cristovam Buarque é um dos defensores das cotas para negros. Na sua opinião, as cotas devem ser definidas depois de um amplo debate da sociedade em busca de consenso, com uma base de apoio mais ampla. "A elite brasileira é branca. Temos que mudar a cor da pele dos alunos da universida-

de, mas não podemos impor isso, nem aos negros nem aos brancos. Acredito que não deve ser uma experiência para o país inteiro, de uma só vez. Vamos experimentar em um lugar, em outro, vamos ver como se faz a identificação. Aos poucos podemos chegar lá".

O ministro exemplifica que se um porteiro de edifício não deixar um negro entrar no elevador social ele vai preso. "A Universidade é um elevador social. A gente tem que fazer com que o negro entre nesse elevador, também". Em sua avaliação, as cotas para negros são para os negros que terminam o ensino médio, que em geral não são pobres. "Os pobres só terminam a quarta série do primeiro grau. As cotas ajudam a mudar a cor da universidade, mas não a classe. No Brasil, o preconceito mais forte não é de raça e sim de classe, embora exista um preconceito racial, também. As cotas para negros podem ser benéficas do ponto de vista de quebrar a vergonha de sermos um país meio africano, com uma eli-



Ministro Cristovam Buarque

te branca". A seu ver, a melhor maneira de dar esta oportunidade aos negros é existindo no país uma boa escola pública e de qualidade para todos

*Carla Santos foi presidente da UBES de 1999 a 2001 e é dirigente nacional da União Brasileira de Estudantes Secundaristas; Wadson Ribeiro, ex-presidente da UNE, é presidente da UJS

INTERNACIONAL

CUT pela paz contra a guerra

Nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro ocorreu em Bagdá, Iraque, um encontro internacional de solidariedade ao povo iraquiano contra a possível agressão do governo de George W. Bush. O evento reuniu entidades e lideranças de várias partes do planeta, com destaque para as sindicais, estudantis e de direito humanos.

A delegação brasileira contou com a presença de 19 pessoas, sob a organização da Federação das Entidades Árabes do Brasil (Fearab), que representavam a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), e a União Nacional dos Estudantes (UNE), além de vários profissionais liberais.

Gilson Reis, integrante da executiva nacional da CUT e dirigente da Corrente Sindical Clássica, foi um dos participantes da delegação.

Classe: Como foi a viagem?

Gilson Reis: Para chegarmos a Bagdá, tivemos que fazer o percurso em duas etapas. Primeiro, viajamos até Damasco, capital da Síria. De lá, percorremos mais 900 quilômetros até a capital do Iraque. Durante essa longa e fria viagem pelo deserto, num determinado momento nós paramos porque havia um outro ônibus quebrado na estrada. Ali havia uma família iraquiana pedindo carona para chegar em Bagdá. Eles moravam na Síria mas, com a possibilidade da guerra, haviam decidido voltar para o Iraque. O filho deles, de 19 anos, disse: "estamos voltando porque, se a guerra estourar, nós estaremos aqui para lutar".

Classe: Quais foram suas primeiras impressões?

Gilson: Os três dias foram intensos e de muitos contatos. No primeiro, visitamos escolas, hospitais, mesquitas e fizemos um corpo-a-corpo com a população pelas ruas de Bagdá. Em todos os



Gilson Reis e Tarik Aziz

lugares que passamos observamos um grande apoio do povo ao seu líder político Saddam Hussein, que pode ser sintetizado na frase dita pelo motorista de táxi que nos conduziu até o centro da cidade: "Saddam Hussein é o olho e o coração do povo iraquiano".

Classe: Como está o clima no país?

Gilson: Em Bagdá existem dezenas de cafés locais onde homens conversam, jogam dominó, fumam narquilé (espécie de cachimbo perfumado oriental) e se divertem de maneira descontraída e alegre, porém atentos ao possível ataque que seu país poderá sofrer a qualquer momento.

Classe: Há muitos resquícios da Guerra do Golfo?

Gilson: Sim. No dia seguinte à nossa chegada, visitamos o abrigo antiaéreo "Casa de Maria", destruído por mísseis americanos na guerra do Golfo, em 1991, onde morreram mais de 400 pessoas (velhos, mulheres e crianças). Esse local, impregnado de simbolismo e de crueldade, funciona hoje como um museu da guerra e da barbárie. Pudemos observar, em toda a sua extensão, marcas de corpos derretidos pelo efeito do calor decorrente das bombas. O simbolismo é ainda maior em se tratando do povo islâmico, que tem na família a base de toda a so-

cidade e o bem mais precioso de todas as coisas do mundo. Ver desaparecer centenas de filhos e de mulheres naquela situação causa extrema indignação, dor e repulsa.

Classe: Como foi o encontro com o vice-primeiro-ministro de Israel Tarik Aziz?

Gilson: A recepção, no Palácio do Governo, foi extremamente cordial, mesmo com toda pressão que o governo vem sofrendo pela comunidade internacional. Tariq Aziz abordou em nossa conversa dois aspectos. Primeiro, elogiou de forma contundente a atitude do governo Lula em tomar, de maneira soberana, uma posição de governo contra o ataque ao Iraque; elogiou o povo brasileiro pelas manifestações de solidariedade que vem recebendo e destacou a marcha pela paz e contra a guerra no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O comandante falou ainda da situação mundial e da guerra infinita proposta pelo governo norte-americano. "Hoje é o Iraque, amanhã é a Coréia, depois a Venezuela e assim sucessivamente", denunciou. E concluiu, "é preciso conter a sanha de destruição do império".

Classe: Você mencionou dois aspectos abordados por Tarik Aziz. Qual o segundo?

O comandante Tariq Aziz também abordou o tema da paz. Falou sobre o que os relatórios da ONU vêm divulgando. Afirmou que o Iraque não tem bomba de destruição em massa e, muito menos, bombas químicas e biológicas. Quem possui estas bombas são os norte-americanos e os ingleses. O país está sendo vasculhado, com ampla participação e cooperação do governo. "A luta do povo iraquiano e do governo iraquiano é a luta pela paz. Não queremos guerra, queremos paz. Queremos continuar a reconstruir o nosso país, destruído na guerra de 1991, e acabar de vez com o blo-

queio econômico imposto pelos EUA, que já levou à morte 1 milhão e 900 mil pessoas, fundamentalmente crianças e velhos, por falta de medicamentos básicos e pelo alto índice de câncer provocado pela radioatividade gerada pelas bombas", relatou o vice-presidente.

Classe: Como o povo iraquiano está respondendo a isso tudo?

Gilson: A impressão que ficou é que, se o governo norte-americano atacar, o povo vai resistir. Passeamos pelo mercado popular para conversar e sentir de perto o pulsar do povo e sua impressão acerca da guerra. Conforme disse Tariq Aziz, "eles não querem guerra, mas, se atacado, o povo vai resistir e derrotar o verdadeiro eixo do mal". No entanto, os arsenais bélicos das duas partes são extremamente desiguais, o que poderá causar a maior carnificina da história moderna.

Classe: Há mobilização contra a guerra lá também?

Gilson: Sim. No nosso último dia haveria um ato público contra a guerra e pela paz, agendado para acontecer nas ruas de Bagdá. Porém houve uma tempestade de areia que não permitiu que as dezenas de lideranças que estavam no Iraque fizessem a manifestação. Existem muitas personalidades de outros países no país, dezenas de voluntários a escudo humano. Assim, nós fomos para um hotel no centro da cidade onde expressamos a vontade de todos os povos do mundo: contra esta terrível guerra pelo petróleo. De volta ao Brasil, penso que a CUT poderá liderar um amplo movimento contra a guerra e pela paz, articulando com todas as entidades organizadas e preparando atividades de rua, debates, seminários e etc. A luta do povo iraquiano é a luta do povo brasileiro.

Mais uma vez às trincheiras

CARLOS POMPE

*No mar tanta tormenta, e tanto dano,
Tantas vezes a morte apercebida,
Na terra tanta guerra, tanto engano,
Tanta necessidade aborrecida*
(Camões, Os Lusíadas, I, 106.)

A guerra entre os povos é uma selvageria. As manifestações de milhões pela paz dia 15 de fevereiro reafirmaram que os povos rejeitam a política das armas. Porém muitos analistas temem que o brado popular não será suficiente para deter o braço guerreiro. A guerra é inevitável numa sociedade dividida em classes – são milhares de anos a evidenciar tal fato.

Países onde o conhecimento é mais difundido, civilizações milenares, regiões de desenvolvimento tecnológico mais avançado, comunidades que mal chegaram à escrita digladiam-se em batalhas sangrentas. A existência de classes antagônicas (exploradoras, umas; exploradas, outras) levou à que a luta entre elas fosse o motor da história, no dizer de Karl Marx e Friedrich Engels. Com essa percepção, esses pensadores alemães demonstraram que as guerras, já que inevitáveis, devem ser analisadas em seu contexto histórico. E

reconheceram a legitimidade, o caráter progressista e a necessidade de guerras libertadoras; das rebeliões da classe oprimida contra a classe opressora, dos escravos contra os escravistas, dos servos contra os senhores feudais, dos explorados contra os exploradores. De forma poética, outro alemão, Bertolt Brecht, registrou: "Todos falam da violência das águas do rio, mas se esquecem da violência das margens que o oprimem".

Significado libertário

Pode parecer paradoxal, mas a história registra muitas guerras que, apesar dos horrores e sofrimentos que trazem consigo, foram úteis para o progresso humano. As lutas dos quilombolas no Brasil, as batalhas contra a dominação colonial nas Américas e na África, a derrocada do absolutismo e dos regimes feudais na Europa, os enfrentamentos a agressores na Ásia, a resistência armada contra os nazi-fascistas no século passado contribuíram para destruir ou debilitar instituições nocivas, reacionárias, tirânicas.

O objetivo principal e o significado desses episódios eram o

fim da escravidão, a supressão do jugo nacional estrangeiro, a derrubada da ditadura terrorista aberta. Os democratas, as pessoas progressistas trabalharam pelo triunfo desses embates. Reconheciam nesses seu significado principal, libertário. Consideravam-nos guerras "justas".

Inúmeras manifestações contra as intenções bélicas dos Estados Unidos no Oriente Médio visam desmascarar o caráter "injusto" da guerra contra o Iraque. Como perguntou alguém, se a principal riqueza produzida pelo país de Saddam Hussein fossem brócolis, será que George W. Bush e Collin Powell estariam tão empenhados em defenestrá-lo do poder?

Os defensores da guerra, porém, tergiversam. Valem-se de suas discordâncias com Saddam para aliar-se com Bush. Tentam ver valores positivos que seriam defendidos pelo governo de Washington em contraposição ao "atraso" de Bagdá. O ocupante da Casa Branca seria, então, o portador dos valores civilizatórios ocidentais. Também neste caso, portanto, seria uma guerra "justa" – uma guerra para livrar a humanidade da ameaça das armas de destruição em massa que estariam pa-

ra ser utilizadas pelo governante iraquiano.

Ação reacionária

O argumento não é convincente. Tem contra ele a própria história recente dos EUA. Se é inegável o significado revolucionário que teve a revolução americana e sua luta contra o colonialismo inglês, bem como o papel positivo que as tropas norte-americanas desempenharam no enfrentamento a Hitler e Mussolini, o mesmo não se pode dizer das bombas atômicas lançadas sobre o Japão, a atuação ianque na Coréia ou a guerra contra o Vietnã, para ficar em uns poucos, mas significativos, episódios.

O imperialismo é a fase superior do desenvolvimento capitalista e os EUA são um país imperialista. O capitalismo levou a concentração a tal ponto que ramos inteiros da indústria se encontram nas mãos de associações patronais, trusts, corporações multimilionárias que espalham seus tentáculos por todo o globo. O monopólio, a conquista de centros de investimento e a subtração de matérias primas converteu o capitalismo, em sua fase imperialista, no maior opres-

sor das nações – e é este, somente este, o sentido da investida de Bush contra o Iraque, assim como o foi no ataque ao Afeganistão.

Karl von Clausewitz é autor da famosa frase "A guerra é a continuação da política por outros meios". Aplique-se esta tese à movimentação atual: EUA contam com o apoio da Grã-Bretanha, Israel e alguns outros países na sua ofensiva. Países árabes, Alemanha, França, Rússia, China opõem-se ao conflito. O movimento popular e progressista e os amantes da paz de todos os países – inclusive o estadunidense, britânico e israelense – denunciam o caráter de rapina da contenda.

O simples alinhar dos partidários da guerra contra o Iraque e dos partidários da paz desnuda o caráter reacionário, anti-histórico das intenções que movem Bush e seus aliados e a hipocrisia dos argumentos do "desarmamento de Saddam" e do "combate ao terrorismo" ou ao "eixo do mal" brandidos pelos raivosos belicistas.

Por isso, a ação contra a guerra é progressista e avançada. Por isso, as manifestações pela paz são também movimentos de luta política. Embora não signifiquem um apoio às políticas defendidas por Saddam ou por fundamentalistas de qualquer seita.

KARL MARX

V. I. LENIN*

No dia 14 de março completam-se 120 anos da morte de Karl Marx. Em homenagem ao revolucionário fundador do materialismo dialético e histórico, A Classe Operária reproduz este texto de Lenin.

Karl Marx nasceu em 5 de maio de 1818 em Trier (Prússia renana). O pai, advogado, israelita, converteu-se em 1824 ao protestantismo. A família, abastada e culta, não era revolucionária. Depois de ter terminado os seus estudos no liceu de Trier, Marx entrou na Universidade de Bona e depois na de Berlim; aí estudou direito e, sobretudo história e filosofia. Em 1841 terminava o curso defendendo uma tese de doutoramento sobre a filosofia de Epicuro. Eram, então, as concepções de Marx as de um idealista hegeliano. Em Berlim, aderiu ao círculo dos "hegelianos de esquerda" (Bruno Bauer e outros) que procuravam tirar da filosofia de Hegel conclusões atéticas e revolucionárias.

Ao sair da Universidade, Marx fixou-se em Bonn, onde contava tornar-se professor. Mas a política reacionária de um governo que, em 1832, tinha tirado a Ludwig Feuerbach a sua cadeira de professor, recusando-lhe novamente o acesso à Universidade em 1836, e que em 1841 proibira o jovem professor Bruno Bauer de fazer conferências em Bonn, obrigou Marx a renunciar a uma carreira universitária. Nessa época, o desenvolvimento das ideias do hegelianismo de esquerda fazia, na Alemanha, rápidos progressos. A partir, sobretudo de 1836, Ludwig Feuerbach começa a criticar a teologia e a orientar-se para o materialismo, a que, em 1841, adere completamente (A Essência do Cristianismo); em 1843 aparecem os seus Princípios da Filosofia do Futuro. "É preciso (...) ter vivido a influência emancipadora" desses livros, escreveu mais tarde Engels, a propósito destas obras de Feuerbach. "Nós", (isto é, os hegelianos de esquerda, entre eles Marx) "imediatamente nos tornamos feuerbachianos." Nessa altura os burgueses radicais da Renânia, que tinham certos pontos de contato com os hegelianos de esquerda, fundaram em Colônia um jornal de oposição, a Gazeta Renana (que apareceu a partir de 1 de janeiro de 1842). Marx e Bruno Bauer foram os seus principais colaboradores e, em outubro de 1842, Marx tornou-se o redator-chefe, mudando-se então de Bonn para Colônia. Sob a direção de Marx, a tendência democrática revolucionária do jornal acentuou-se cada vez mais e o governo começou por submetê-lo a uma dupla e mesmo tripla censura e acabou por ordenar a sua suspensão completa a partir de 1º de janeiro de 1843. Por essa altura, Marx viu-se obrigado a deixar o seu posto de redator, mas a sua saída não salvou o jornal, que foi proibido em março de 1843. Entre os artigos mais importantes que Marx publicou na Gazeta Renana, Engels cita um sobre a situação dos vinhateiros do vale do Mosela. A sua atividade de jornalista tinha feito compreender a Marx que os seus conhecimentos de economia política eram insuficientes e por isso lançou-se a estudá-la com ardor.

Em 1843, Marx casou-se, em Kreuznach, com Jenny von Westphalen, amiga de infância, de quem já era noivo desde o tempo de estudante. A sua mulher pertencia a uma família nobre e reacionária da Prússia. O irmão mais velho de Jenny von Westphalen foi ministro do interior na Prússia numa das épocas mais reacionárias, de 1850 a

1858. No outono de 1843 Marx foi para Paris para editar no estrangeiro uma revista radical em colaboração com Arnold Ruge (1802-1880; hegeliano de esquerda, preso de 1825 a 1830; emigrado depois de 1848 e partidário de Bismarck depois de 1866-1870). Mas só apareceu o primeiro fascículo desta revista, intitulada Anais Franco-Alemães, que teve de ser suspensa por causa das dificuldades com a sua difusão clandestina na Alemanha e de divergências com Ruge. Nos artigos de Marx publicados pela revista, ele aparece-nos já como um revolucionário que proclama "a crítica implacável de tudo o que existe" e, em particular, "a crítica das armas", e apela para as massas e o proletariado.

Em setembro de 1844, Friedrich Engels esteve em Paris por uns dias, e desde então tornou-se o amigo mais íntimo de Marx. Ambos tomaram uma parte muito ativa na vida agitada da época dos grupos revolucionários de Paris (especial importância assumia então a doutrina de Proudhon, que Marx submeteu a uma crítica impiedosa na sua obra Miséria da Filosofia, publicada em 1847) e, numa árdua luta contra as diversas doutrinas do socialismo pequeno-burguês, elaboraram a teoria e a tática do socialismo proletário revolucionário ou comunismo (marxismo). Em 1845, a pedido do governo prussiano, Marx foi expulso de Paris como revolucionário perigoso. Foi para Bruxelas, onde fixou residência. Na primavera de 1847, Marx e Engels filiaram-se numa sociedade secreta de propaganda, a "Liga dos Comunistas", tiveram papel destacado no II Congresso desta Liga (Londres, novembro de 1847) e por incumbência do Congresso redigiram o célebre Manifesto do Partido Comunista, publicado em fevereiro de 1848. Esta obra expõe, com uma clareza e um vigor geniais, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente aplicado também ao domínio da vida social, a dialética como a doutrina mais vasta e mais profunda do desenvolvimento, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário histórico universal do proletariado, criador de uma sociedade nova, a sociedade comunista.

Quando eclodiu a revolução de fevereiro de 1848, Marx foi expulso da Bélgica. Regressou novamente a Paris, que deixou depois da revolução de março para voltar à Alemanha e fixar-se em Colônia. Foi aí que apareceu, de 1 de junho de 1848 até 19 de maio de 1849, a Nova Gazeta Renana, de que Marx foi o redator-chefe. A nova teoria foi brilhantemente confirmada pelo curso dos acontecimentos revolucionários de 1848-1849 e posteriormente por todos os movimentos proletários e democráticos em todos os países do



Túmulo de Marx, em Londres, com a inscrição "Proletários de todo o mundo, uni-vos. Os filósofos só interpretaram o mundo de várias maneiras. Trata-se de transformá-lo"

mundo. A contra-revolução vitoriosa arrastou Marx ao tribunal (foi absolvido em 9 de fevereiro de 1849) e depois o expulsou da Alemanha (em 16 de maio de 1849). Voltou então para Paris, de onde foi igualmente expulso após a manifestação de 13 de junho de 1849, e partiu depois para Londres, onde viveu até ao fim dos seus dias.

As condições desta vida de emigração eram extremamente penosas, como o revela com particular vivacidade a correspondência entre Marx e Engels (editada em 1913). Marx e família viviam literalmente esmagados pela miséria; sem o apoio financeiro constante e dedicado de Engels, Marx não só não teria podido acabar O Capital, como teria fatalmente sucumbido à miséria. Além disso, as doutrinas e as correntes predominantes do socialismo pequeno-burguês, do socialismo não proletário em geral, obrigavam Marx a sustentar uma luta implacável, incessante e, por vezes, a defender-se mesmo dos ataques pessoais mais furiosos e

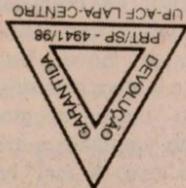
mais absurdos (Herr Vogt). Conservando-se à margem dos círculos de emigrados, Marx desenvolveu numa série de trabalhos históricos a sua teoria materialista, dedicando-se, sobretudo ao estudo da economia política. Revolucionou esta ciência nas suas obras Contribuição para a Crítica da Economia Política (1859) e O Capital (r.1867).

A época da reanimação dos movimentos democráticos, no final dos anos 50 e nos anos 60, levou Marx a voltar ao trabalho prático. Foi em 1864 (em 28 de setembro) que se fundou em Londres a célebre I Internacional, a "Associação Internacional dos Trabalhadores". Marx foi a sua alma, sendo o autor do primeiro "Apelo" e de um grande número de resoluções, declarações e manifestos. Unindo o movimento operário dos diversos países, procurando orientar numa via de atividade comum as diferentes formas do socialismo não proletário, pré-marxista (Mazzini, Proudhon, Bakunine, o sindicalismo liberal inglês, as oscilações dos lassallianos para a direita na Alemanha etc.) combatendo as teorias de todas estas seitas e escolas, Marx foi forjando uma tática única para a luta proletária da classe operária nos diversos países. Depois da queda da Comuna de Paris (1871) - a qual Marx analisou (em A Guerra Civil em França, 1871) de uma maneira tão penetrante, tão justa, tão brilhante, tão eficaz e revolucionária - e depois da cisão provocada pelos bakuninistas, a Internacional não pôde continuar a subsistir na Europa. Depois do Congresso de 1872 em Haia, Marx conseguiu a transferência do Conselho Geral da Internacional para Nova Iorque. A I Internacional tinha cumprido a sua missão histórica e dava lugar a uma época de crescimento infinitamente maior do movimento operário em todos os países do mundo, caracterizada pelo seu desenvolvimento em extensão, pela formação de partidos socialistas operários de massas no quadro dos diversos Estados nacionais.

A sua atividade intensa na Internacional e os seus trabalhos teóricos, que exigiam esforços ainda maiores, abalaram definitivamente a saúde de Marx. Prosseguiu a sua obra de transformação da economia política e de conclusão de O Capital, reunindo uma massa de documentos novos e estudando várias línguas (o russo, por exemplo), mas a doença impediu-o de terminar O Capital.

A 2 de dezembro de 1881, morre a sua mulher. A 14 de março de 1883, Marx adormecia pacificamente, na sua poltrona, para o último sono. Foi enterrado junto da sua mulher no cemitério de Highgate, em Londres. Vários filhos de Marx morreram muito jovens, em Londres, quando a família atravessava uma grande miséria. Três das suas filhas casaram com socialistas ingleses e franceses: Eleanor Aveling, Laura Lafargue e Jenny Longuet; um dos filhos desta última é membro do Partido Socialista Francês.

**dirigente da Revolução Russa de 1917 e fundador da Internacional Comunista. Texto escrito entre julho e novembro de 1914 para a Granat Encyclopaedia, Seventh Edition, Volume 28, sob a assinatura de V. Ilyin*



IMPRESSO



CDM
CEP 01403-010 - São Paulo - SP
Alameda Sarutata, 185 - Jardim Paulista
Tel.: (11) 3054 1800
Fundação **CLASSE OPERÁRIA**